

# CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, E.P.E.

---



## RELATÓRIO E CONTAS

---

**2010**

Barreiro, Março 2011

## ÍNDICE

	Pág.
1 – MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	2
2 – BREVE APRESENTAÇÃO .....	5
2.1 – Enquadramento da entidade na região e com as restantes entidades de saúde .....	5
2.2 – Análise da envolvente interna que fundamenta a estratégia do Hospital .....	9
2.3 – Missão da Entidade .....	14
2.4 – Valores e Objectivos .....	14
3 – ÓRGÃOS SOCIAIS .....	15
4 – GOVERNO DA SOCIEDADE .....	16
5 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	35
6 – ACTIVIDADE 2010 .....	36
6.1 – Actividade Assistencial Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. ....	36
6.2 – Evolução dos Indicadores de Recursos Humanos .....	45
6.3 – Evolução dos Indicadores Económico-Financeiros .....	46
6.4 – Principais Actividades e Investimentos Desenvolvidos em 2010 .....	55
7 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	58
8 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	59
9 – ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS .....	63
10 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS .....	80
11 – RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	81
12- RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS.....	82

## 1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2010 representou o primeiro ano de funcionamento efectivo do Centro Hospitalar Barreiro – Montijo, EPE, já que a criação se deu a 1 de Novembro de 2009. Deu-se início a um conjunto de obras estruturantes no âmbito do Centro Hospitalar, das quais destacamos a instalação de uma Unidade de Cirurgia do Ambulatório, o início do processo de uma Unidade de Cuidados de Continuados, com camas para cuidados de convalescença e paliativos, a par de outras decorrentes do processo de organização interna. Estas medidas levaram à necessidade do encerramento provisório da actividade cirúrgica realizada no bloco operatório da Unidade do Montijo, bem como das respectivas camas de internamento.

Destacamos, ainda, a realização de obras de melhoria do Hospital de Dia da Oncologia, que resultou numa nova Unidade, e a instalação de uma Unidade de Cuidados Continuados, com 10 camas para doentes na tipologia de Cuidados Paliativos e inaugurada pela Exma. Senhora Ministra da Saúde, em Abril de 2010.

Num ano que representou o primeiro ano completo de actividade, a estas situações acresceram às já reconhecidas dificuldades de estimativa de produção neste contexto, bem como à saída de médicos, quer por aposentação, quer por impossibilidade legal de contratação (o caso dos aposentados) ou por saída para outras unidades de saúde. Na Unidade do Montijo, por motivos de escassez de médicos, também a lotação da especialidade de medicina interna tivesse que ser reajustada. Estes acontecimentos, entre outros, resultaram numa diminuição da produção face ao esperado, com impactes ao nível financeiro. Importa, uma vez mais, ressaltar os impactes decorrentes da não aplicação do novo modelo de financiamento dos hospitais EPE, que foi apresentado e entretanto suspenso, bem como a passagem dos doentes provenientes de outros subsistemas de saúde para o âmbito do Contrato Programa.

Apesar do anteriormente referido, foi um ano de importante contenção financeira, tendo os custos totais diminuído 1.3% face ao ano anterior. Para tal, foram dinamizadas medidas restritivas sobretudo ao nível dos Consumos, dos Fornecimentos e Serviços Externos e dos Encargos com Pessoal, tendo estas rubricas contribuído decisivamente para o cumprimento das orientações emanadas pela Tutela.

Apesar de todas as contingências, foi um ano de desafios ganhos, onde desejamos salientar o facto da constituição do Centro Hospitalar se ter levado a cabo com êxito num contexto particularmente exigente, em virtude da reorganização interna dos serviços, da remodelação das instalações e dos equipamentos e dos procedimentos adoptados. Por isso, aproveito o ensejo para enaltecer o contributo de todos e de cada um dos profissionais deste Centro Hospitalar e reafirmar a confiança para a prossecução dos novos desafios que se nos afiguram.

Termino com uma palavra de apreço a todos os utentes deste Centro Hospitalar, parceiros, fornecedores e responsáveis das estruturas da Administração Central, Directa e Indirecta do Estado e da Administração Local. Um futuro com êxito deste Centro Hospitalar é o que desejamos concretizar.

**A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**



*Izabel Maria Pinto Monteiro, Eng.ª*

### Indicadores de Actividade Assistencial

	2010
<b>INTERNAMENTO</b>	
N.º de Camas	398
Doentes Saídos	13.544
Demora Média	8,0
Taxa de Ocupação (sem berçário)	73,5%
Doentes Tratados/Cama	34,6
Taxa de Letalidade	6,8
<b>CIRURGIA DO AMBULATÓRIO</b>	
N.º Doentes Operados	1.984
<b>BLOCO OPERATÓRIO</b>	
N.º Doentes	
Cirurgia Convencional Base	2.720
Cirurgia Ambulatória Base	1.766
Cirurgia Convencional Adicional	282
Cirurgia Ambulatória Adicional	218
Cirurgia Urgente	1.398
<b>AMBULATÓRIO</b>	
<b>Consultas Externas (Médicas)</b>	
Primeiras Consultas	40.434
Consultas Subsequentes	129.313
Total Consultas	169.747
Taxa de Acessibilidade	23,8%
<b>Consultas Externas (Não Médicas)</b>	
N.º Total de Consultas Não Médicas	8.810
N.º Total de Consultas Realizadas	178.557
<b>Urgências</b>	
Hospitais de Dia (n.º Sessões)	25.296
<b>Radioterapia (N.º Tratamentos)</b>	33.552
<b>Total MCDT</b>	
<b>Serviço Domiciliário</b>	632
<b>CONTAS DE RESULTADOS</b>	
Prestações de Serviços	69.837.825,36
Subsídios à Exploração	7.168,21
Resultados Operacionais	(20.857.873,37)
Resultados Financeiros	(177.999,48)
Resultados Correntes	(21.035.872,85)
Resultado Líquido	(20.493.103,63)
<b>ESTRUTURA DO BALANÇO</b>	
Activo Fixo	20.923.129,99
Activo Circulante	17.119.328,78
Activo Total	116.242.545,37
Fundos Próprios	(19.627.304,24)
Passivo Corrente	128.007.415,96
<b>RÁCIOS DE SITUAÇÃO FINANCEIRA</b>	
Líquidez Geral	0,32
Líquidez Reduzida	0,227
<b>RÁCIOS DE ESTRUTURA</b>	
Autonomia Financeira	-16,8%
<b>RÁCIOS DE GESTÃO</b>	
Prazo Médio Recebimento (em dias)	31
Prazo Médio Pagamento (em dias)	251

## 2 . BREVE APRESENTAÇÃO

### 2.1 – Enquadramento da entidade na região e com as restantes entidades de Saúde

#### 2.1.1 – Instituições Hospitalares

Seguindo o paradigma da constituição de Centros Hospitalares visando obter economias de escala e preconizar formas de organização mais eficazes e eficientes, na Península de Setúbal encontramos actualmente o Centro Hospitalar de Setúbal, constituído pelos Hospitais de S. Bernardo e pelo Hospital do Outão, tendo sido constituído em 2009 o Centro Hospitalar Barreiro – Montijo, EPE, que entrou em vigor no dia 1 de Novembro de 2009. Este Centro Hospitalar junta, assim, um hospital distrital nível IV e um hospital concelhio. Ainda encontramos o Hospital Garcia de Orta, EPE, classificado como hospital central.



A existência em áreas geográficas contíguas de outras unidades hospitalares, gera não só alguma flutuação na procura dos utentes/clientes em valências específicas, como será o exemplo da Obstetrícia, como promove o estabelecimento de complementaridades entre os mesmos, de forma a promover-se ganhos de eficiência e ultrapassar algumas lacunas ao nível de recursos, quer humanos quer técnicos.

Assim, o Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, EPE assume-se como a Unidade Hospitalar de referência para a Radioterapia, dando resposta à procura deste tipo de tratamentos não só para os Hospitais da Península de Setúbal, como ainda também para os Hospitais de Santarém e Vila Franca de Xira. Contudo, a abertura projectada de nova unidade de Radioterapia no Hospital Distrital de Santarém em 2011 vai retirar essa procura deste Centro Hospitalar.

### *2.1.2 – Privados*

Na área de influência do Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, EPE, os utentes/clientes possuem uma oferta significativa em termos de Consultórios e Clínicas de Ambulatório na área das Consultas (com mais significado, o Centro Local do SAMS, a Casa de Saúde do Barreiro e a União Mutualista N.ª Sra. da Conceição - Montepio). A Casa de Saúde do Barreiro tem actividade cirúrgica (em Ambulatório e em regime de Internamento), tendo passado a dispor de equipamento de ressonância magnética no decorrer de 2006, e a Clínica do Rosário oferece MCDT. A Clínica do Montepio oferece consultas e MCDT's.

Existem ainda duas Clínicas que operam na área dos cuidados nefrológicos, fora um vastíssimo conjunto de pequenas clínicas e consultórios particulares. Deste modo, o número de especialistas a exercer uma actividade privada é bastante significativo numa área relativamente próxima.

### *2.1.3 - Descrição de Unidades “complementares” de Prestação de Cuidados*

#### *2.1.3.1 - Centros de Saúde*

Os Centros de Saúde da área de influência do Hospital do Barreiro estão organizados num Agrupamento Centros de Saúde que inclui os Centros de Saúde do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, denominado Agrupamento de Centros de Saúde Arco Ribeirinho, sendo que neste agrupamento foram constituídas duas Unidades de Saúde Familiar. A constituição do ACES na área de influência do Hospital permite manter e incrementar o trabalho de cooperação que temos procurado desenvolver.

### 2.1.3.2 - Cuidados Continuados

Por força da constituição da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), o ano de 2007 marca a definição da referenciação por parte das estruturas hospitalares para estruturas de cuidados continuados, de acordo com a tipologia de serviços definida – Unidades de Paliativos, Convalescença, média duração e reabilitação e longa duração e equipas de cuidados domiciliários mantendo-se a resposta no âmbito SNS, seja por via das Instituições hospitalares públicas, seja pelas Instituições privadas com protocolos estabelecidos com a Rede.

O Contrato Programa 2008 definiu, e tem vindo a ser prorrogado nos subsequentes Contratos Programas, um Indicador de Qualidade e Eficiência a cumprir respeitante a “Doentes Saídos das especialidades de Cirurgia Geral, Medicina Interna e Ortopedia referenciados a RNCCI/Doentes Saídos”. Nesta sequência, os hospitais integrantes do centro hospitalar redefiniram internamente a estratégia de referenciação para a RNCCI, redimensionando a equipa de Prestação de Cuidados Continuados, que integravam o Núcleo de Apoio Domiciliário (Enfermeiros e Ajudantes de Família) e reforçaram a Equipa de Gestão de Altas.

Contudo, verificamos internamente a dificuldade de colocação na rede nas tipologias de unidades de internamento, com maior acuidade nas Unidades de Cuidados Paliativos de longa duração e manutenção, o que promove uma crescente pressão sobre os profissionais, comprometidos com as boas práticas, com o cumprimento de um objectivo definido pela Tutela que visa o incentivo à referenciação, com a necessidade de ter disponíveis camas para as situações agudas e ainda com a recusa de doentes e/ou familiares de adopção de soluções intercalares até à colocação em estruturas da Rede.

Dezembro

Tipologia da Rede	Doentes Referenciados por Tipologia	Resposta			% colocação por tipologia
		Sim	Não	Total	
Convalescência	15	8	7	15	53,3%
Equipa CCI	83	77	6	83	92,8%
Longa Duração e Manutenção	37	5	32	37	13,5%
Média Duração e Reabilitação	19	11	8	19	57,9%
Paliativos	30	3	27	30	10,0%
<b>Total</b>	<b>184</b>	<b>104</b>	<b>80</b>	<b>184</b>	<b>56,5%</b>

Ainda nesta área, o ano de 2010 marcou a entrada em funcionamento de uma Unidade de Cuidados Continuados de Cuidados Paliativos a funcionar no espaço físico do Centro Hospitalar Barreiro – Montijo, EPE, dotada inicialmente de 8 camas, tendo actualmente uma lotação de 10 camas. A unidade está a funcionar desde Abril de 2010 e tratou 28 doentes em 2010.

## 2.2 - Análise da envolvente interna que fundamenta a estratégia do Hospital



O Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, EPE integra os Hospitais Nossa Senhora do Rosário, EPE, Barreiro e o Hospital Distrital do Montijo, totalizando uma lotação de 398 camas e abrangendo uma área de influência de cerca de 200.000 habitantes.

Pelo facto de ter sido constituído a 1 de Novembro de 2009, o ano de 2010 corresponde ao primeiro ano completo de actividade, pelo que não é possível comparar a actividade desenvolvida numa perspectiva evolutiva.

Em actividade permanente mantém:

- Serviço de Urgência (Básica, Geral, Pediátrica e Obstétrica/Ginecológica) e Unidade de Cuidados Intensivos;
- Bloco Operatório e Bloco de Partos (Urgência Obstétrica/Ginecológica)
- Serviços de Internamento
- Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica nas áreas de Imagiologia, Imunohemoterapia e Patologia Clínica.
- Serviços Farmacêuticos

Em horário diurno funcionam ainda Consulta Externa (8:00 – 18:00), Unidade de Exames Especiais, Unidade Oncológica (assegurando também o atendimento não programado para situações de Urgência a doentes em regime de quimioterapia até às 20h) Anatomia Patológica, Medicina Física e Reabilitação e Radioterapia (8:00 – 23:00). No Quadro seguinte apresentamos as especialidades/valências existentes no Centro Hospitalar.

Temos ainda a funcionar os Hospitais de Dia de Oncologia, Infecciologia, Diabetologia, Pneumologia, Urologia, Pediatria, Imunohemoterapia e Psiquiatria.

QUADRO I - Especialidades e Valências Existentes

Áreas	Internamento		Cons. Externa		Urgência		Hosp. Dia		MCDT			
	Barreiro	Montijo	Barreiro	Montijo	Barreiro	Montijo	Barreiro	Montijo	Barreiro	Montijo		
Médica	Cardiologia		Cardiologia	Cardiologia	Urgência Médico-Cirúrgica							
			Dermatologia									
	Infeciologia		Infeciologia					Infeciologia				
	UCI Polivalente		Gastroenterologia									
	Neurologia		Neurologia									
	Med. Interna	Med. Interna	Med. Interna	Med. Interna				Diabetologia				
	Oncologia		Oncologia					Oncologia				
	Pneumologia		Pneumologia					Pneumologia				
	Imuno-Alergologia		Imuno-Alergologia									
	Pediatria		Pediatria		Urgência Pediátrica		Pediatria					
Neonatologia		Pedopsiquiatria										
		Psicologia Clínica										
Cirúrgica	Cirurgia Geral	Cirurgia Geral	Cirurgia Geral	Cirurgia Geral	Geral	Urgência Básica						
	Cir. Plástica e Reconstructiva		Cir. Plástica e Reconstructiva	Cir. Plástica e Reconstructiva								
	Oftalmologia		Oftalmologia	Oftalmologia								
	ORL		ORL									
	Urologia		Urologia	Urologia				Urologia				
	Ortopedia		Ortopedia	Ortopedia								
	Ginecologia		Ginecologia				Urgência Gin./Obst					
	Obstetrícia		Obstetrícia									
			Anestesiologia		Geral			Terapia da Dor				
	UC Intermediários											
Psiquiatria e Saúde Mental	Psiquiatria		Psiquiatria	Psiquiatria	Geral		Psiquiatria					
	Unid. Int. Curta Duração Psiquiatria		Psicologia Clínica									
MCDT			Imunohemoter.		Geral				Imunohemoter.			
			Med. Física e Reabilitação	Med. Física e Reabilitação					Med. Física e Reabilitação	Med. Física e Reabilitação		
			Radioterapia						Radioterapia			
			Anatomia Patológica						Imagiologia	Imagiologia		
									Pat. Clínica	Pat. Clínica		
							Anatomia Patológica					

Dispomos, ainda de Apoio Domiciliário.

Na área da Urgência mantivemos a funcionar a triagem de Manchester, na unidade hospitalar do Barreiro, com o objectivo de qualificar o tipo de doentes que acede a esta estrutura de cuidados, por forma a permitir que a assistência a ser prestada, após a realização da triagem, possa ser realizada em função do estado clínico do doente e não em observância ao critério da ordem de chegada.

Deste modo, pretende-se viabilizar um atendimento realizado com base em critérios de prioridade clínica e, simultaneamente, desincentivar o recurso às Urgências hospitalares por utentes classificados de prioridade branca, azul ou verde, já que a sua necessidade de cuidados, por não ser considerada prioritária, implica uma espera maior e – tendencialmente - desencorajadora da vinda a esta estrutura. Contudo, a prática não o tem vindo a confirmar, já que mantemos uma tendência crescente nesta linha de produção, explicada pelo difícil acesso ao médico de família, que apresenta uma cobertura deficiente nesta área.

Na área dos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica mantemos um Protocolo com a Sub-Região, no sentido de oferecer aos Centros de Saúde da área de influência acesso privilegiado a um conjunto de técnicas, como sejam na área da Anatomia Patológica (ao nível das Citologia, que mantém uma muito forte adesão por parte dos Centros de Saúde, graças aos altos padrões de qualidade, associado à rapidez de resposta), Endoscopias Digestivas Altas e Baixas, Cardiotocografia Fetal, Ecografias Morfológicas, também bastante solicitado por parte dos Centros de Saúde.

Somos a única Instituição de Saúde do SNS no sul do país a dispor do ciclo completo de intervenção ao nível oncológico, com cirurgia especializada, Quimioterapia e Radioterapia. No entanto, não dispomos de Ressonância Magnética, Litotricia, Angiografia, Angioplastia Coronária e Exames de Hemodinâmica. Relativamente à área de Hemodinâmica, está vigente um protocolo de referenciação com o Centro Hospitalar de Setúbal, EPE, onde existe já a técnica montada com equipamento, para a referenciação dos nossos doentes.

Para tal, afectámos um Cardiologista do nosso mapa de pessoal para aquele Centro Hospitalar. Damos ainda resposta a exames de Cardiologia Fetal e Pediátrica

### **2.2.1 Actividade mais significativa em 2010**

#### **Março de 2010**

O Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE criou um Núcleo de Senologia, que tem como objectivo prestar um serviço de excelência no diagnóstico, orientação terapêutica e tempo de resposta aos doentes com patologia mamária.

Este Núcleo é composto por um grupo multidisciplinar dedicado ao tratamento das doenças da mama, com especial enfoque na patologia oncológica. Tem como objectivo tratar o doente com cancro de mama numa visão integradora onde, para além do diagnóstico rápido e uma estratégia terapêutica adequada que traduza o estado da arte, assegura no plano cirúrgico toda a vertente oncoplástica e reconstrutiva.

#### **Abril 2010**

Inauguração da Unidade de Cuidados Paliativos do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE (CHBM EPE), a primeira da Península de Setúbal. Tem 6 quartos individuais e 2 com duas camas, instalações sanitárias e duches adaptados a pessoas com mobilidade condicionada.

Foi nosso objectivo conceber esta Unidade como um espaço diferenciado, garantindo todas as comodidades aos doentes e familiares. Para o efeito, foi dada a necessária atenção aos aspectos relacionados com a hotelaria, designadamente na decoração e mobiliário, que se procurou confortável e adaptado às especificidades dos doentes, mas também leve transmitindo serenidade.

#### **Julho de 2010**

Teve início a obra de Cirurgia de Ambulatório no Hospital do Montijo. A futura Unidade de Cirurgia de Ambulatório terá uma zona de Consulta Externa, que se destina ao atendimento público dos doentes e integra sala de trabalho de enfermagem e admissão

de doentes; o Bloco Operatório que será dotado de duas salas de operações e uma de indução anestésica; e o Recobro organizado em duas áreas, uma para acamados e outra de recuperação em “cadeirão”, sendo que os doentes estarão sempre monitorizados e acompanhados por técnicos em permanência.

A construção desta nova Unidade representa um passo muito importante na reabilitação do Hospital do Montijo, que se pretende adquirir nova dignidade e seja equipada com meios físicos, humanos e técnicos, capazes de prestar melhores cuidados de saúde à população local e envolvente.

### **Outubro de 2010**

A Unidade de Oncologia dispõe de novas instalações, situadas no Piso 5, com novos espaços que permitem acomodar as suas múltiplas valências e sobretudo melhorar a organização das actividades. Salienta-se:

- O novo espaço do Hospital de Dia, reequipado com novos cadeirões e material de infusão e monitorização, que proporcionam maior conforto aos doentes e uma maior segurança na administração dos tratamentos;
- O aumento do número de gabinetes disponíveis para consulta, permitindo a rentabilização dos recursos disponíveis nas valências de Psicologia, Nutrição e Serviço Social;
- A nova sala para realização das técnicas de tratamento da dor crónica;
- O renovado espaço de trabalho do secretariado, de crucial importância para a melhoria global da Unidade de Oncologia.

### **Novembro de 2010**

Sendo a Oncologia uma das áreas de desenvolvimento estratégico do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE foi criada a Unidade de Gestão da Doença Oncológica (UGDO). Esta Unidade constitui uma nova estrutura de interligação funcional de todas as valências que actualmente diagnosticam ou tratam patologia oncológica, rentabilizando capacidades e recursos existentes, e responderá às necessidades locais e gerais, identificadas nos planos de saúde e reflectidas na rede hospitalar.

### 2.3 – Missão da Entidade

O CHBM, EPE. Tem como missão assegurar os cuidados de saúde ao nível de educação, promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, garantindo a qualidade e a equidade aos cidadãos numa perspectiva de eficiência e melhoria contínua.

Para tal, promove de forma sistemática a satisfação dos utentes, dos profissionais e da comunidade, respeitando o ambiente e procurando sinergias com outras instituições.

### 2.4 - Valores e Objectivos

#### *Visão*

Ser um hospital de excelência para a comunidade e uma referência nacional

#### *Objectivos Institucionais*

- Profissionalismo;
- Humanismo;
- Inovação;
- Rigor;
- Eficiência;
- Responsabilidade.



### 3. ÓRGÃOS SOCIAIS

#### Conselho de Administração

**Presidente** – Eng.<sup>a</sup> Izabel Maria Nunes Rodrigues Daniel Pinto Monteiro

**Vogal** – Dr. Ruben José de Almeida Martins Raposo

**Direção Técnica da Unidade do Barreiro**

**Director Clínico** – Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Potier Ferreira Abel dos Santos Cabral

**Enfermeira Directora** – Enf.<sup>a</sup> Maria Helena Ferreira de Almeida

**Direção Técnica da Unidade do Montijo**

**Director Clínico** – Dr.<sup>a</sup> Maria Fernanda Cabrita Lopes Lima Duarte.

**Enfermeira Directora** – Enf.<sup>a</sup> Luísa de Jesus Barbosa Viegas da Silva

#### Fiscal Único

**Efectivo** – ABC - Azevedo Rodrigues, Batalha e Costa , SROC

**Representante** – Dr. José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues

**Suplente** – Reinaldo Soares, Rogério Coelho e José Jacob, SROC

**Representante** – Dr. Rogério Carlos Guedes Coelho

## 4 . GOVERNO DA SOCIEDADE

### 4.1 – Missão, Objectivos e Políticas da Organização

#### 4.1.1 – Missão da Entidade

Assegurar os cuidados de saúde ao nível de educação, promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, garantindo a qualidade e a equidade aos cidadãos numa perspectiva de eficiência e melhoria contínua.

Para tal, promove de forma sistemática a satisfação dos utentes, dos profissionais e da comunidade, respeitando o ambiente e procurando sinergias com outras instituições.

#### 4.1.2 - Objectivos

O reforço das políticas que visam a melhoria da organização e a progressiva alteração da cultura centrando no utente/doente toda a lógica de funcionamento do Hospital e a sua sustentabilidade económica e financeira a curto e médio prazo.

Sublinham-se duas vertentes fundamentais, o aumento da acessibilidade através da permanente articulação com os Centros de Saúde para diminuição das listas de espera de consultas e alargamento do horário de actividade do Bloco Operatório de modo a dar resposta á lista de espera cirúrgica.

O cumprimento das metas de produção de eficiência, produtividade e qualidade previstas no Plano de Desempenho, com vista a assegurar o retorno do hospital a uma situação equilibrada no plano económico-financeiro, garantindo a sua sustentabilidade a médio e longo prazo.

#### 4.1.3 – Políticas da Organização

São políticas do hospital a necessidade de estabelecer um compromisso sério entre a prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade e a garantia da sustentabilidade económica e financeira do Hospital, num ambiente macro económico de contenção orçamental.

A acrescer a este ambiente, sublinhamos a crescente "ebulição" do mercado de recrutamento de recursos médicos, com notórios desequilíbrios entre a oferta e a procura em algumas especialidades tendendo a empolar custos e a condicionar respostas técnicas adequadas em tempo oportuno.

A insuficiente resposta na área dos cuidados continuados vai continuar a sobrecarregar os hospitais de agudos, obrigando-os a disponibilizar recursos para esta área.

Este quadro vai obrigar as equipas de gestão a um forte reforço das políticas de racionalização e de optimização dos recursos disponíveis, monitorizando permanentemente os níveis de eficiência e de eficácia dos indicadores assistenciais e de gestão, no sentido de garantir capacidade de respostas adequadas no plano assistencial e o rigoroso cumprimento das metas orçamentais negociadas.

O desafio colocado é a compatibilização destes efeitos, alguns de sinal contrário, obrigando a definir uma linha de gestão estrategicamente equilibrada que cumpra o desígnio principal do Hospital, prestar cuidados de saúde de elevada qualidade, garantindo a sustentabilidade económica/financeira a curto e médio prazo.

Como nota final sublinhamos o desenvolvimento do princípio da complementaridade entre Organizações de Saúde, como eixo fundamental para potenciar e otimizar os recursos existentes, com particular evidência nos Serviços de Urgência.

## **4.2 – Obrigações do serviço público**

A actividade da entidade está orientada no sentido de contribuir para o equilíbrio económico e financeiro do conjunto do sector público e para a obtenção de níveis adequados de satisfação das necessidades da população.

## **4.3 – Termos contratuais da prestação de serviço público**

Os termos contratuais da prestação de serviço público rege-se pela celebração de contratos-programa com a tutela, através dos seus representantes, que se baseia em princípios de gestão criteriosa, garantia de critérios, qualidade na prestação de cuidados de saúde e cumprimentos de metas de acordo com os recursos disponíveis.

## **4.4 – Modelo de financiamento subjacente à prestação de serviço público**

O Hospital é financiado nos termos da base XXXIII da Lei de Bases da Saúde, com as alterações introduzidas pela lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro.

O pagamento dos actos e actividades do Hospital pelo Estado é feito através de Contratos Programa celebrados com o Ministério da Saúde no qual se estabelecem os objectivos e metas qualitativas e quantitativas, sua calendarização, os meios e instrumentos para os prosseguir, designadamente de investimento, os indicadores para avaliação do desempenho dos serviços e do nível de satisfação dos utentes e as demais obrigações assumidas pelas partes, tendo como referencial de preços os praticados no mercado para os diversos actos clínicos.

## 4.5 – Indicação do modelo de governo e indicação dos membros dos Órgão Sociais.

### 4.5.1 – Modelo de governo

De acordo com os estatutos, são órgão sociais do hospital, o Conselho de Administração, o Fiscal Único e o Conselho Consultivo, cuja composição, mandato e competências são reguladas pelo Decreto-lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro.

#### *Conselho de Administração*

O Conselho de Administração, nomeado por despacho conjunto do Ministro das Finanças e Ministro da Saúde, a 16 de Agosto de 2007, com efeitos a partir 1 de Setembro de 2007, com as seguintes funções e responsabilidades:

**Izabel Maria Nunes Rodrigues Daniel Pinto Monteiro – Presidente do Conselho de Administração** - Coordena a actividade do Conselho de Administração, garante a execução das deliberações aprovadas, representa o hospital em juízo e fora dele.

#### *Sinopse curricular*

Licenciada em Engenharia Química pelo Instituto Superior Técnico no ano lectivo de 1973-1974. Frequentou o 6.º curso de Administração Hospitalar que viria a terminar em 1977.

Iniciou funções como administradora do Hospital Distrital da Covilhã, em Setembro daquele ano, funções que viria a exercer até Maio do ano seguinte.

Em Maio de 1978 integrou a equipa de trabalho incumbida de reorganizar o recém-criado Centro Hospitalar de Gaia.

Em Agosto de 1979, ingressou nos Hospitais Cívicos de Lisboa, onde exerceu funções de administradora do Hospital do Desterro desde 1985 a 1988.

Na sequência da decisão política de integrar o Hospital de desterro na administração do Hospital dos Capuchos, passou a exercer funções como directora dos Serviços Financeiros do Hospital de São José em Novembro de 1988.

Em 1994 iniciou funções na Direcção Geral da Saúde, como subdirectora-geral.

Iniciou em 1994 e manteve até 2002 a representação de Portugal no Subcomité de Economia e Planeamento do HOPE, tendo sido vice-presidente durante os dois últimos anos.

Em 1996 passou a exercer funções de administradora delegada no Hospital de Santa Marta. Desde Dezembro de 2003 exerce funções no Hospital Nossa Senhora do Rosário, EPE, como vogal do Conselho de Administração.

O Vogal do Conselho de Administração, nomeado por despacho conjunto do Ministro das Finanças e Ministro da Saúde, a 31 de Agosto de 2009, com efeitos a partir 1 de Setembro de 2009.

#### **Ruben José de Almeida Martins Raposo – Vogal do Conselho de Administração**

##### ***Sinopse curricular***

Licenciado em Economia, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa;

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa;

Doutoramento em Gestão, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

De 1980 a 1983, Director do Gabinete de Relações Laborais da Tabaqueira;

De 1983 a 1984, Director de Recursos Humanos da Companhia Nacional de Navegação;

De 1984 a 1986; Director de Recursos Humanos do Grupo Beryrand;

De 1986 a 1983, Director da Formação da Partex;

De 1993 a 1996; Director-adjunto do Pessoal do Banco Pinto & Sotto Mayor;

De 1996 a 2003; Professor Universitário no Instituto Politécnico de Portalegre, regendo as cadeiras de Economia, Introdução à Gestão e Gestão de Recursos Humanos;

De 1998 a 2003, Gestor e liquidatário judicial do Distrito Judicial de Évora;

Desde 1996, professor auxiliar na Universidade Lusíada, regendo as cadeiras de Economia Portuguesa e Europeia, Economia Europeia, Economia do Trabalho, Economia Industrial, Sindicalismo, Legislação laboral e Comunitária;

Actualmente rege as cadeiras de Economia Portuguesa, Economia Europeia e Legislação Laboral e Comunitária;

Desde 2004, professor auxiliar no Instituto Superior de Gestão, regendo as cadeiras de Gestão de Recursos Humanos, Ética e Responsabilidade Social e Desenvolvimento Cultural e Social e professor universitário na Universidade Lusófona, leccionando o Mestrado de Comunicação das Organizações;

Em 2005 a 2006, consultor em Finanças Publicas e Orçamento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

**Ana Maria Potier Ferreira Abel dos Santos Cabral – Directora Clínica da Unidade do Barreiro** – Coordena a assistência e a qualidade dos cuidados de saúde prestada aos doentes da Unidade do Barreiro.

#### *Sinopse curricular*

Licenciada em Medicina nos Hospitais Cíveis de Lisboa no ano lectivo de 1975-1976.

Inscrita na Ordem dos Médicos desde Agosto de 1977, com a cédula profissional nº 17 031.

Em 29 de Novembro de 1989, obteve aprovação da Ordem dos Médicos em provas públicas, documentais, praticas, técnicas e eliminatórias.

Em 4 de Setembro de 1995, obteve o grau de consultor em concurso publico de Obstetrícia e Ginecologia.

No Hospital Nossa Senhora do Rosário (Barreiro), como responsável pela equipa de urgência desde Julho de 1992, coordenadora da UCF desde Janeiro de 2001 até Dezembro de 2004.

Desde 1996 até Julho de 2003, como responsável pela consulta de referencia de planeamento familiar;

Desde 1996, responsável pela consulta de patologia do colo uterino, pelo atendimento na área ginecologia de adolescentes em risco até Julho de 2003 e coordenadora da formação pedagógica dos internatos médicos do serviço de ginecologia.

De 20 de Outubro de 2005 até à data, directora clínica do Hospital Nossa Senhora do Rosário, EPE.

**Maria Helena Ferreira de Almeida – Enfermeira Directora da Unidade do Barreiro** – Compete a coordenação técnica da actividade de enfermagem, velando pela qualidade da prestação de cuidados aos doentes da Unidade do Barreiro.

### ***Sinopse curricular***

Mestre em Intervenção Sócio-Organizacional na Saúde, área de especialização em Políticas de Administração e Gestão de Serviços de Saúde, curso obtido na Universidade de Évora, 2007-2009;

Curso de Estudos Superiores Especializados em Administração de Serviços de Enfermagem, obtido na Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende, 1995-1997;

Curso de especialização em Enfermagem de Reabilitação, obtido na Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende, 1987-1989;

Curso de enfermagem geral, obtido na Escola de Enfermagem D. Ana Guedes, 1975-1978.

Categoria profissional - Enfermeira supervisora, nível 3, integra o quadro de pessoal do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.

De Novembro de 2005 até ao momento, desempenha funções de enfermeira directora no Hospital Nossa Senhora do Rosário, EPE;

De Março de 2003 a Setembro de 2005, desempenhou funções de enfermeira supervisora na Sub-Região de Saúde de Setúbal, na Unidade de Saúde do Barreiro;

De Outubro de 2000 a Março de 2003, desempenhou funções de enfermeira directora no Hospital Nossa Senhora do Rosário;

De Setembro de 1991 a Outubro de 2000, desempenhou funções de enfermeira chefe na unidade de cuidados intensivos do HNSR;

De 1989 a Setembro de 1991, desempenhou funções de enfermeira especialista em enfermagem de reabilitação no serviço de especialidades médicas do HNSR;

De 1980 a 1987, desempenhou funções de enfermeira no serviço de urgência no HNSR.

De 1978 a 1980, desempenhou funções de enfermeira no serviço de Cirurgia 4.2 do Hospital São José, Lisboa.

**Maria Fernanda Cabrita Lopes Lima Duarte - Directora Clínica da Unidade do Montijo -**  
Coordena a assistência e a qualidade dos cuidados de saúde prestada aos doentes da Unidade do Montijo.

***Sinopse curricular***

Licenciatura em medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

Iniciou o Internato de Policlínica no Hospital de S. Bernardo, em 04.01.1977.

1979/80, Serviço Médico à Periferia.

Internato Complementar de Patologia Clínica, em 01.05.1982, nos Hospitais Cívicos de Lisboa.

Por despacho da Senhora Ministra da Saúde, de 22 de Julho de 1987, foi colocada no Hospital de S. Bernardo - Setúbal, por urgente conveniência de serviço, como Assistente de Patologia Clínica, em 13.08.1987, tendo tomado posse do lugar em 09.12.1987.

Aprovada no Concurso de Habilitação ao Grau de Consultor da Carreira Médica Hospitalar em 1994.

Inicia funções no Hospital do Montijo, em 01.10.2004, como Vogal não Executiva do Conselho de Administração, para o exercício das funções de Directora Clínica, resultante de nomeação, de acordo com o Despacho nº 69/2004, do Senhor Ministro da Saúde, de 06.10.2004, com produção de efeitos a 01.10.2004, situação que se mantém até à presente data.

Em 17.01.2006, foi nomeada definitivamente, precedendo concurso interno geral de acesso, chefe de serviço de patologia clínica do quadro de pessoal do Hospital do Montijo.

2001 – Assessora da Direcção Clínica do Hospital de S. Bernardo – Setúbal.

2003 - Competência em Gestão pela Ordem dos Médicos.

2003 – Directora da Consulta Externa do Hospital de S. Bernardo - Setúbal.

2003 – Assessora para a área dos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica do Hospital de S. Bernardo - Setúbal.

**Luísa de Jesus Barbosa Viegas da Silva - Enfermeira Directora da Unidade do Montijo –**  
Compete a coordenação técnica da actividade de enfermagem, velando pela qualidade da prestação de cuidados aos doentes da Unidade do Montijo.

### *Sinopse curricular*

Curso Geral de Enfermagem, concluído em 1981 com a classificação final de 15 valores, na Escola de Enfermagem das Franciscanas Missionárias de Maria, (termo de equivalência ao grau de Bacharel em Enfermagem);

Curso de Especialização em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, concluído em 1989 com a classificação final de 17 valores. na Escola Pós-Básica de Lisboa, actual Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende.(Termo de equivalência ao Diploma de Estudos Superiores Especializados em Enfermagem);

Pós-Graduação em Políticas de Administração e Gestão de Serviços de Saúde, em 2005 com a classificação final de 16 valores;

Frequência do Mestrado em Intervenção Sócio - Organizacional na Saúde, na Universidade de Évora em cooperação com a Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, presentemente na fase de apresentação da dissertação na área da saúde.

Categoria Profissional Enfermeira – Chefe desde 24 de Dezembro de 1992, em regime de nomeação definitiva do quadro de pessoal do H. N.S.R. - Barreiro.

Em 1981 inicia funções no Hospital de S. Bernardo em Setúbal no serviço de urgência como enfermeira, transferida em Junho de 1985 para o bloco operatório;

A 25 de Novembro de 1985 inicia funções no Hospital Distrital do Barreiro, no serviço de Pediatria;

De Setembro 1989 a Dezembro de 1992 – desempenha funções de enfermeira especialista em enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, no serviço de Pediatria do HNSR, sendo responsável pelo planeamento da abertura da (UICD) unidade de internamento de curta duração em pediatria;

De Janeiro de 1993 a Junho de 2000 – desempenha funções de enfermeira chefe, no serviço de consultas externas do HNSR, sendo responsável pela organização e gestão das consultas nas diferentes valências;

De Junho 2000 a Dezembro de 2002 – desempenha funções de enfermeira chefe, no serviço de Medicina II que engloba as unidades funcionais de pneumologia, gastro e medicina (infeciologia), sendo responsável pelo planeamento, organização e gestão da área de isolamento, (tuberculose activa e multiresistente);

- Em Fevereiro de 2002, responsável pela abertura do Hospital de Dia de Pneumologia /Alergologia no HNSR;

- Por despacho de Sua Excelência o Ministro da Saúde de 09/12/2002, exerce o cargo de Enfermeira Directora dos serviços de enfermagem do Hospital do Montijo, com efeitos a 10/12/2002, até à presente.

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
<b>Conselho de Administração</b>			
Presidente	Izabel Maria Pinto Monteiro	01/09/2007	2007/2009
Vogal Executivo	Ruben José de Almeida Martins Raposo	01/09/2009	2007/2009
<b><u>Unidade do Barreiro</u></b>			
Directora Clínica	Ana Maria Potier Ferreira Abel	01/09/2007	2007/2009
Enfermeira Directora	Maria Helena Ferreira de Almeida	01/09/2007	2007/2009
<b><u>Unidade do Montijo</u></b>			
Directora Clínica	Maria Fernanda C. L. Lima Duarte	01/10/2004	
Enfermeira Directora	Luísa de Jesus B. Viegas da Silva	10/12/2002	
<b>Fiscal Único</b>			
	ABC - Azevedo Rodrigues, Batalha e Costa, SROC	21/02/2006	2006/2008

### ***Fiscal Único***

O Fiscal Único, nomeado por despacho do Ministro das Finanças, a 21 de Fevereiro de 2006, com efeitos a partir 31 de Dezembro de 2005, com a seguinte composição:

**Fiscal Único: ABC - Azevedo Rodrigues, Batalha e Costa SROC n° 115, representado pelo Dr. José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues, ROC n° 681**

**Fiscal Suplente: Reinaldo Soares, Rogério Coelho e José Jacob**, SROC nº 162, representado pelo Dr. Rogério Carlos Guedes Coelho, ROC nº 787

#### **Mandato I – 2010**

#### **Estatuto remuneratório fixado - Conselho de Administração**

**Presidente** – O estatuto remuneratório é decorrente do regime jurídico do sector empresarial do estado, decreto-lei nº 558/99 de 17 de Dezembro e do estatuto do gestor público, decreto-lei nº 71/2007 de 27 de Março, bem como despacho conjunto nº 351/2006, publicado do DR de 26 de Abril.

Remuneração mensal líquido de 3.204,18 euros, 14 vezes por ano, acrescido de despesas de representação no valor de 1.471,46 euros, 12 vezes por ano.

**Vogal Executivo** – O estatuto remuneratório é decorrente do regime jurídico do sector empresarial do estado, decreto-lei nº 558/99 de 17 de Dezembro e do estatuto do gestor público, decreto-lei nº 71/2007 de 27 de Março, bem como despacho conjunto nº 351/2006, publicado do DR de 26 de Abril.

Remuneração mensal líquido de 3.473,02 euros, 14 vezes por ano, despesas de representação de 1.096,74 euros, 12 vezes por ano.

**Directora Clínica** – O estatuto remuneratório é decorrente do regime jurídico do sector empresarial do estado, decreto-lei nº 558/99 de 17 de Dezembro e do estatuto do gestor público, decreto-lei nº 71/2007 de 27 de Março, bem como despacho conjunto nº 351/2006, publicado do DR de 26 de Abril.

Remuneração mensal líquido de 3.473,02 euros, 14 vezes por ano, despesas de representação de 1.096,74 euros, 12 vezes por ano.

**Enfermeira Directora** – O estatuto remuneratório é decorrente do regime jurídico do sector empresarial do estado, decreto-lei nº 558/99 de 17 de Dezembro e do estatuto do

gestor público, decreto-lei nº 71/2007 de 27 de Março, bem como despacho conjunto nº 351/2006, publicado do DR de 26 de Abril.

Remuneração mensal líquido de 3.473,02 euros, 14 vezes por ano, despesas de representação de 1.096,74 euros, 12 vezes por ano.

### **Fiscal Único**

Remuneração anual – 11.981,88 €

Ano - 2010

Conselho de Administração	Presidente	Vogal Executivo	Directora Clínica Barreiro	Enfermeira Directora Barreiro	Directora Clínica Montijo	Enfermeira Directora Montijo
<b>1. Remuneração</b>						
1.1. Remuneração base	48.978,70	42.590,19	39.117,17	42.590,19	62.006,55	38.767,51
1.2. Acumulação de funções de gestão						
1.3. Remuneração complementar						
1.4. despesas de representação	17.657,52	13.160,88	12.064,14	13.160,88	6.074,28	6.074,28
1.5. Prémios de gestão (.....meses)						
1.6. Outras (sub. Férias e natal)	7.987,94	6.946,04	10.332,18	6.946,04	10.479,98	6.361,93
<b>2. Outras regalias e compensações</b>						
2.1. Gastos de utilização de telefones						
2.2. Valor de aquisição, pela empresa, da viatura de serviço						
2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço						
2.4. Subsídio de deslocação						
2.5. Subsídio de refeição	977,83	994,91	862,54	969,29	781,41	939,40
2.6. Outros (identificar detalhadamente)			6.767,14	300,62		
<b>3. Encargos com benefícios sociais</b>						
3.1. Segurança social obrigatório	8.545	11.764,85	7.418,73	7.430,43	11.003,98	6.769,41
3.2. Planos complementares de reforma						
3.3. Seguros de saúde						
3.3. Seguros de vida						
3.4. Outros (identificar detalhadamente)						
<b>4. Informações Adicionais</b>						
4.1. Opção pelo vencimento de origem (s/n)	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
4.2. Regime Segurança Social	CGA	S.S	CGA	CGA	CGA	CGA
4.3. Cumprimento do n.º 7 da RCM 155/2005						
4.4. Ano de aquisição de viatura pela empresa						
4.5. Exercício opção aquisição de viatura de serviço						
4.6. Usufruto de casa de função						
4.7. Exercício de funções remuneradas fora grupo						
4.8. Outras (identificar detalhadamente)						

**Fiscal Único**

Remuneração anual - 11.981,88 €

#### 4.6 – Regulamentos a que a organização está sujeita

O Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, transformou o Hospital em Entidade Pública Empresarial, integrada no Serviço Nacional de Saúde e tutelada pelos Ministérios da Saúde e das Finanças. Esta entidade é uma pessoa colectiva de direito público de natureza empresarial dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial nos termos do Decreto-lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro.

O CHBM, EPE rege-se pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, com as especificidades constantes deste decreto-lei, e dos seus anexos I e II, pelas normas em vigor para o Serviço Nacional de Saúde que não contrariem as normas aqui previstas.

#### 4.7 – Transacções relevantes com entidades relacionadas

As transacções mais relevantes com entidades relacionadas, decorrem do serviço prestado aos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde, de acordo com as regras definidas no contrato programa.

No âmbito do Contrato Programa estabelecido para 2010, no valor global de 65,1 milhões de euros, distribuído pelas seguintes rubricas:

(em euros)

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - SNS	
	2010
Internamento	24.190.878
Cirurgia do Ambulatório	2.070.132
Consulta Externa	12.165.328
Urgência	11.757.408
Hospitais de Dia	2.846.460
Ambulatório Médico	8.877.371
Psiquiatria - Crónicos	0
Verba Convergência	0
Outros	3.190.939
<b>TOTAL - SNS</b>	<b>65.098.516</b>

#### 4.8 – Transacções relevantes com outras entidades

As aquisições de bens e serviços regem-se pelas normas de direito privado, sem prejuízo da aplicação das directivas comunitárias, cumprindo o princípio da livre concorrência.

Os contratos de empreitadas de obras públicas regem-se pelas normas estabelecidas pelo Decreto-lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro.

As transacções relevantes com outras entidades, são as seguintes:

*(em euros)*

Nome	Descrição	Valor
Roche Farmaceutica	Matérias Primas	2.465.768
Gilead Sciences,Lda	Matérias Primas	1.980.083
Varien – Medical Systems	Equipamentos	1.547.000
Abbott Laboratórios, Lda	Matérias Primas	1.300.726
Uniself, Lda.	Serviços	981.023
Nova Serviços, Lda.	Serviços	891.166
Merck, S.A.	Matérias Primas	723.519
B.Braun Medical, Lda.	Matérias Primas	676.171
Laboratórios Pfizer, SA	Matérias Primas	658.465
Instituto Português de Sangue	Matérias Primas	657.370
Urbimega - Engenharia	Obras	626.942

#### 4.9 – Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental.

O CHBM, EPE, perfilando-se como uma empresa prestadora de serviços de saúde de excelência à população da sua área de atracção, procura garantir a acessibilidade aos doentes da sua carteira de serviços e assegurar o necessário desenvolvimento técnico e tecnológico.

Nesta linha, a aquisição de equipamento pesado, a modernização de processos com base nas tecnologias da informação e a ousadia na introdução de novas formas de organização

do trabalho, numa lógica de serviço centrado na satisfação do doente, norteiam uma actuação.

Tendo em atenção a envolvente externa que se caracteriza por uma crise económica de dimensão ainda não completamente definida, não podemos deixar de salientar os desafios que são colocados diariamente às administrações dos hospitais:

Por um lado, é um imperativo a cooperação entre os hospitais, sendo necessário trabalhar conjuntamente, sob a égide da ARSLVT, no sentido de definir protocolos de complementaridade que contribuam quer para a garantia da prestação de cuidados de saúde de qualidade, em termos da oferta que disponibilizam à população, quer para a sustentabilidade dos hospitais em matéria de equilíbrio económico-financeiro.

Por outro lado destacamos os seguintes constrangimentos:

- Necessidade de motivação dos profissionais, que vêm convivendo com uma estabilização dos seus proveitos ao longo dos anos;
- *Défi*ce de profissionais médicos, para cujo decréscimo ainda não se dispõe de instrumentos. As leis de mercado levam a crescentes aumentos dos custos com pessoal médico disponível, contratado para cobertura quer de trabalho urgente, quer para garantia de prestação de serviços programados (consultas externas, exames de diagnóstico e terapêutica) dificultando o cumprimento dos tectos orçamentais definidos;
- Obrigatoriedade de garantir os prazos de pagamento contratuais, o que leva a que o hospital incorra em despesas com juros, o que reforça a necessidade de gerar mais meios financeiros;
- Inovação técnica, de que destacamos a introdução de novos medicamentos que acarreta um aumento dos custos;
- Confrontação com o facto dos meios financeiros serem escassos e haver a necessidade e obrigação de distribuí-los de forma justa;

Em suma: a necessidade de garantir a sustentabilidade económico-financeira do hospital, sem colocar em causa o seu desenvolvimento.

No plano económico, o CHBM, EPE evidenciou, um desequilíbrio da estrutura de custos face ao orçamento atribuído ao Hospital.

Relativamente aos custos totais cresceram 13,9% face ao orçamentado, apresentando um resultado líquido negativo de 4,4 Milhões de Euros.

#### **4.10 – Avaliação do cumprimento dos princípios do Bom Governo.**

No cumprimento do estipulado na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007 de 28 de Março que aprova os Princípios de Bom Governo das empresas do sector empresarial do Estado constante no anexo II do referido diploma, efectuamos a seguinte avaliação:

- 1- O Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE procurou cumprir a sua missão e os objectivos determinados no Plano de Actividades para 2010, assente na melhoria contínua dos cuidados de saúde, promovendo o acesso de forma equitativo aos cidadãos.
- 2- O Centro Hospitalar elabora Planos anuais e plurianuais e respectivos orçamentos que submete a aprovação superior.  
Nesses documentos são definidas estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, assim como os objectivos a alcançar.
- 3- O Centro Hospitalar preocupa-se em criar um ambiente de oportunidade a todos os seus profissionais, na estrita observação das leis em vigor, contribuindo para o efeito a garantia de igualdade de tratamento e oportunidades entre géneros.
- 4- Anualmente, efectua-se um Relatório de Actividades, donde constam as realizações do ano, quer em termos de produção, como em matéria de desempenho económico-financeiro, incluindo investimentos, avaliando os seus impactes ao nível dos vários indicadores de produção e qualidade estabelecidos em sede de Contrato Programa, que

é remetido para os vários organismos da Administração que tutelam e fiscalizam a actividade do Centro Hospitalar.

- 5- O Centro Hospitalar Barreiro – Montijo, EPE respeita todas as normas, regulamentos e legislação em vigor aplicados à sua área de actuação, pautando-se por um comportamento eticamente irrepreensível, promovendo a acessibilidade, a equidade a todos os cidadãos numa perspectiva de eficiência e melhoria contínua.
- 6- Decorrendo dos valores Institucionais estimulados pelo Centro Hospitalar Barreiro - Montijo, EPE, dos quais enumeramos o Profissionalismo, o Humanismo, a Inovação, o Rigor, a Eficiência e a Responsabilidade, a Instituição define e aplica uma política de formação visando o desenvolvimento e valorização dos seus profissionais.
- 7- Os procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços estão definidos na estrita observação da legislação em vigor, procedimentados de acordo com as normas de Qualidade da Norma ISO:9001 e foram de alvo de Certificação. O Serviço de Aprovisionamento do Centro Hospitalar Barreiro – Montijo, EPE encontra-se certificado pela APCER desde 2009.
- 8- O Conselho de Administração pauta a sua actuação por princípios éticos e deontológicos de integridade moral, respeito pelo quadro constitucional e legal na condução do negócio da organização, não praticando despesas confidenciais e não documentadas.
- 9- O número de membros dos órgãos de Administração está de acordo com os estatutos dos Hospitais EPE.
- 10- O Centro Hospitalar possui um modelo de Governo que assegura a efectiva segregação de funções executivas e de fiscalização, visto que conta com a figura do fiscal único exercida por entidade externa, de acordo com os Estatutos dos Hospitais EPE.
- 11- O Fiscal Único emite anualmente um relatório de fiscalização.

12- As contas do Centro Hospitalar são auditadas por um Revisor Oficial de Contas independente.

13- O Centro Hospitalar mantém um sistema de controlo dos seus activos.

#### **4.11 – Código de Ética**

O Hospital está a elaborar o seu código de ética.



## 6 . ACTIVIDADE 2010

### 6.1 – Actividade Assistencial Centro Hospitalar Barreiro – Montijo, EPE

A constituição do Centro Hospitalar Barreiro – Montijo, EPE, que entrou em vigor a 1 de Novembro, motivou a cessação da actividade dos Hospitais que o passaram a integrar enquanto entidades independentes. Assim, o ano de 2010 corresponde ao primeiro completo de actividade deste Centro Hospitalar, pelo que não será possível realizar aqui uma análise evolutiva da actividade desenvolvida. Deste modo, optou-se por realizar a análise da actividade desenvolvida nas diferentes linhas de produção, tendo por referência o contratualizado em sede de Contrato Programa e a sua execução.

Pelo facto de se tratar do primeiro ano completo de actividade contratualizada, são reconhecidas as dificuldades de estimação da mesma nestas situações, o que aqui também se evidencia pelo facto de se ter ficado, numa análise genérica, aquém dos objectivos de produção estabelecidos. Por outro lado, todas as obras de adaptação e reabilitação que decorreram e decorrerem na unidade hospitalar do Montijo, contribuiram para essa quebra de produção. De facto, o bloco cirúrgico daquele hospital encontra-se temporariamente fechado, desde meados do ano de 2010, decorrendo as obras para a instalação de uma unidade de cirurgia do ambulatório, tendo sido, igualmente encerradas desde a mesma data as camas de Internamento de cirurgia.

Por fim, a saída de médicos por aposentação, por imposição legal (o caso dos aposentados), por concurso para outros hospitais SNS ou para outras formas de vinculação, lesaram igualmente a capacidade de produção do centro hospitalar. Para o caso, damos os exemplos da Dermatologia, da Psiquiatria ou da Medicina Física e Reabilitação (MFR). Na primeira, 3 das 4 médicas a desenvolver actividade eram aposentadas, tendo de suspender a sua actividade. Na Psiquiatria, dos 9 especialistas (assistentes/assistentes graduados) saíram 5 e um sexto elemento aguarda a aposentação. Foi, entretanto, possível contratar um novo elemento, já em 2011. Por fim, na MFR, dos 6 médicos, 3 foram aposentados, ficando o serviço reduzido em 50%.

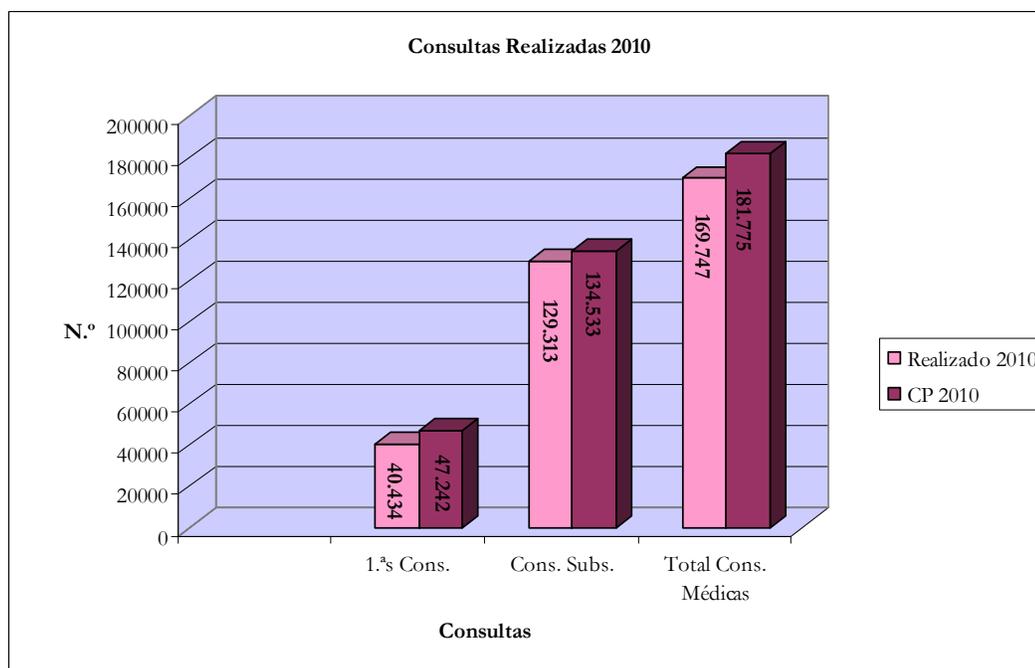
### 6.1.1 – Consultas Externas

Analisando a actividade desenvolvida apenas no âmbito das Consultas Externas Médicas, no ano de 2010 foram realizadas 169.747 consultas, das quais 40.434 primeiras consultas e 129.313 Consultas Subsequentes, apurando-se uma taxa de acessibilidade de 23.8%



Comparando a actividade realizada com o contratualizado em sede de Contrato Programa 2010, verificamos que ficámos aquém nos diferentes objectivos, como se pode constatar pelo gráfico que se anexa. Também na taxa de acessibilidade a execução da actividade contribuiu para um desvio negativo face ao objectivo contratualizado para 2010, que era de 26%, tendo-se cifrado em 23.8%.

**Gráfico – Comparação Consultas Médicas realizadas 2010 vs. Consultas Médicas contratualizadas em CP 2010**



Foram, igualmente, realizadas 8.810 consultas não médicas, das quais 1.680 primeiras e 7.130 consultas subsequentes. No total das Consultas Externas, o Centro Hospitalar Barreiro – Montijo, EPE realizou 178.557 consultas, das quais 42.114 foram primeiras consultas.

#### *6.1.2 – Actividade Cirúrgica*

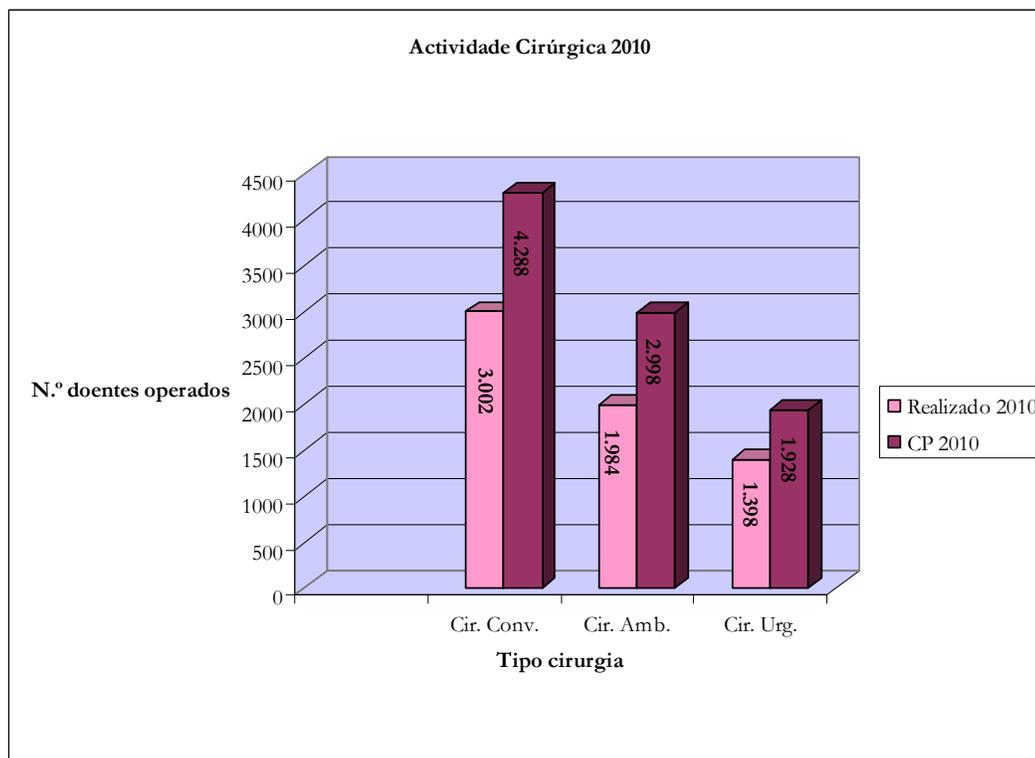
No período em análise, operou-se no Centro Hospitalar 6.384 doentes, dos quais 3.002 em cirurgia convencional, 1.984 doentes em cirurgia do ambulatório e 1.398 doentes operados em Urgência. A actividade cirúrgica programada totalizou 4.986 doentes operados, ficando o peso da cirurgia do ambulatório no total da cirurgia programada em



39.8%. A execução deste indicador fica, assim, ligeiramente abaixo do contratualizado em sede de Contrato Programa, onde se havia definido o objectivo de 41.1%.

Também a actividade cirúrgica ficou abaixo do contratualizado, conforme se evidencia no Gráfico seguinte.

Gráfico – Comparação Actividade Cirúrgica realizada 2010 vs. Actividade Cirúrgica contratualizada em CP 2010



### 6.1.3 – Internamento

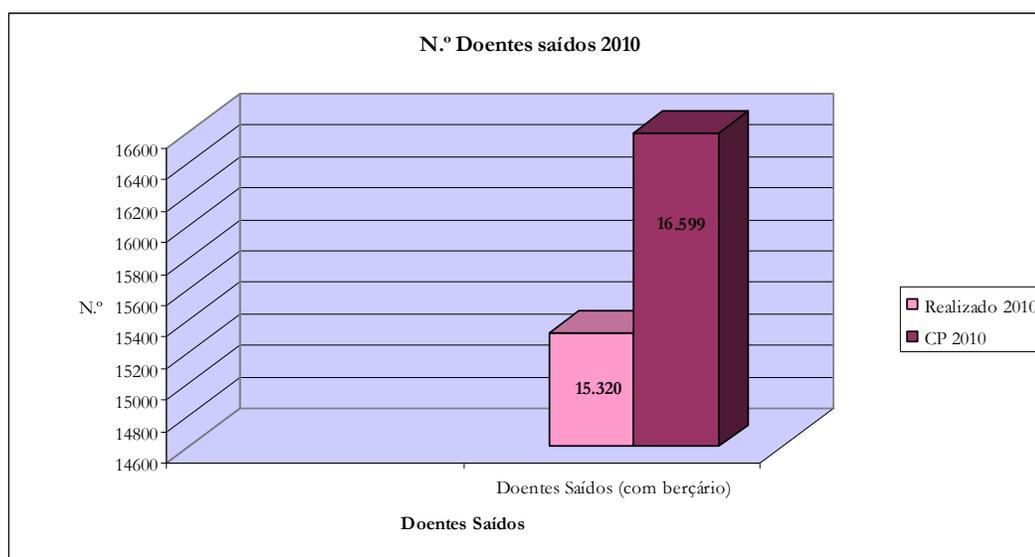
A análise da actividade do Internamento é realizada com base no número de doentes saídos, incluindo a actividade médica, cirúrgica e o Berçário.

No período em análise o Centro Hospitalar praticou uma lotação de 398 camas, mais 30 camas de berçário, registando uma taxa de ocupação de 71.7%. Registámos 13.531 doentes saídos, acrescidos de 1.789 altas do Berçário, o que totalizou 15.320 doentes com alta, traduzindo um ratio de 36.4 doentes tratados por cama (incluindo o Berçário). A demora média foi de 8.0 dias e incluindo o Berçário este indicador decresce para 7.4 dias.



Comparando a actividade realizada com o objectivo da Contratualização definida para o período em análise, verificamos que ficámos aquém da meta estabelecida, conforme se pode verificar no gráfico seguinte. Esse facto não é alheio à necessidade de encerramento de camas na unidade hospitalar do Montijo, por necessidade decorrente das obras de construção de uma unidade de cirurgia do ambulatório, bem como o encerramento do bloco operatório naquele hospital, pelos mesmos motivos.

**Gráfico – Comparação Actividade Internamento realizada 2010 vs. Actividade Internamento contratualizada em CP 2010**

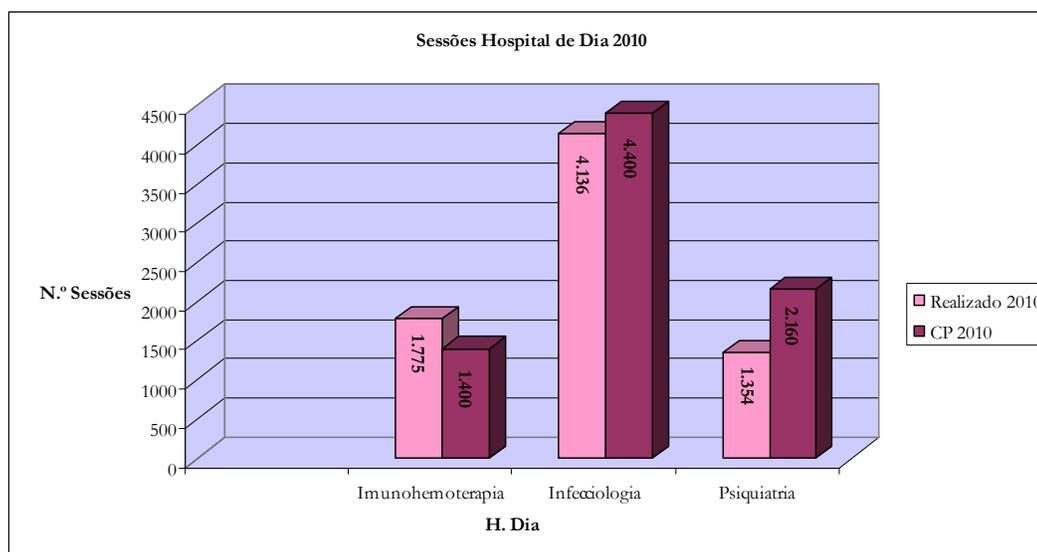


#### 6.1.4 - Hospital de Dia

A actividade desenvolvida em Hospital de Dia registou 25.296 sessões, o que correspondeu a 6.428 doentes assistidos nesta linha de produção para o período em análise. Realizámos 4.136 de Infeciologia, 1.354 de Psiquiatria, 1.775 de Imunohemoterapia, 1.438 de Urologia Oncológica, a que acresce 5 sessões de Hospital de Dia de Urologia não Oncológica, 8.925 de Oncologia (com e sem quimioterapia). Agregado no item “Hospitais de Dia – Outros”, realizámos 1.104 de Pediatria, 2.321 de Diabetologia, 4.220 sessões de Pneumologia, 18 de Terapia da Dor.

A contratualização desta linha de produção em 2010 introduziu uma alteração de critério importante ao nível do seu financiamento, ao estabelecer que apenas seriam financiadas as produções da Infecçiology, Imunohemoterapia, Psiquiatria e, relativamente à Oncologia, apenas a actividade que configurasse GDH médico de ambulatório. Desta forma, toda a actividade agregada em “Hospitais de Dia – Outros”, deixou de estar abrangida na contratualização, com os consequentes impactos financeiros desta medida. No Gráfico seguinte, avalia-se, assim, a actividade desenvolvida nos hospitais de dia incluídos na contratualização.

**Gráfico – Comparação Actividade Hospitais de Dia realizada 2010 vs. Actividade Hospitais de Dia contratualizada em CP 2010**



Verificamos que os objectivos definidos para o Hospital de Dia de Imunohemoterapia foram ultrapassados, tendo em conta a contratualização, ficando a actividade de Infecçiology e de Psiquiatria aquém do definido.

### 6.1.5 - Urgência

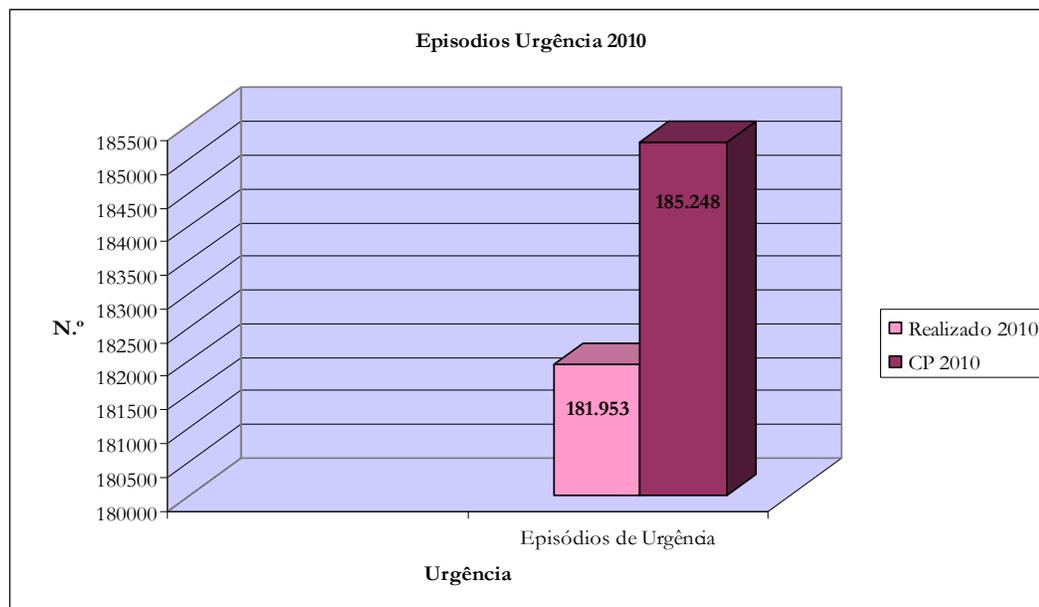
A análise da actividade de Urgência engloba a Urgência Básica, a Geral, a Obstétrica-Ginecológica e a Pediátrica.

Registámos 181.953 episódios de Urgência no ano de 2010, dos quais 41.855 na Urgência Pediátrica, 11.310 na Urgência Obstétrica e Ginecológica e 40.107 na Urgência Básica.

Salientamos que, com a entrada em vigor do Centro Hospitalar, os doentes admitidos na Urgência da Unidade do Montijo e que necessitem de ser avaliados na Urgência da Unidade do Barreiro passaram a ser transferidos no âmbito do Centro Hospitalar, deixando de gerar 2 episódios de Urgência como até aí, quando se procedia a referênciação. Esta situação gerou uma dificuldade acrescida na estimação da produção a contratualizar para um ano completo, num cenário onde pontuava a eventual epidemia da Gripe A, tendo esta linha de produção ficado ligeiramente abaixo do contratualizado, conforme se evidencia no Gráfico seguinte.



**Gráfico – Comparação Actividade da Urgência (total) realizada 2010 vs. Actividade Urgência (total) contratualizada em CP 2010**



### 6.1.6– Radioterapia

O ano de 2010 foi marcante para a Radioterapia do Centro Hospitalar Barreiro –Montijo, EPE, traduzido pela aquisição do 2.º Acelerador Linear, previsto desde o início no projecto de instalação de uma Unidade de Radioterapia neste Centro Hospitalar.

Por essa razão, foram realizadas obras de adaptação do segundo bunker, que tinha sido construído de raiz aquando da construção do serviço, desta feita para preparar o espaço para a instalação do novo equipamento. O novo acelerador linear foi adquirido numa perspectiva de procura de diferenciação técnica do Serviço no curto e médio prazo, visando proporcionar respostas revestidas de maior acuidade técnica e, dessa forma, conseguir-se atingir resultados melhores, mais dirigidos e precisos e, com isso, proporcionar maior qualidade aos doentes tratados no serviço. Para o efeito, foram adquiridos equipamentos como o GATING, que visa a aplicação de uma técnica específica para o tratamento do cancro do pulmão, assim como o OBI, para implementação de técnicas mais diferenciadas nos tratamentos de radioterapia (IMRT e IGRT). O segundo acelerador linear entrou em funcionamento no segundo semestre de 2010, permitindo também reduzir os custos com recurso a entidades externas para a realização de tratamentos de radioterapia.

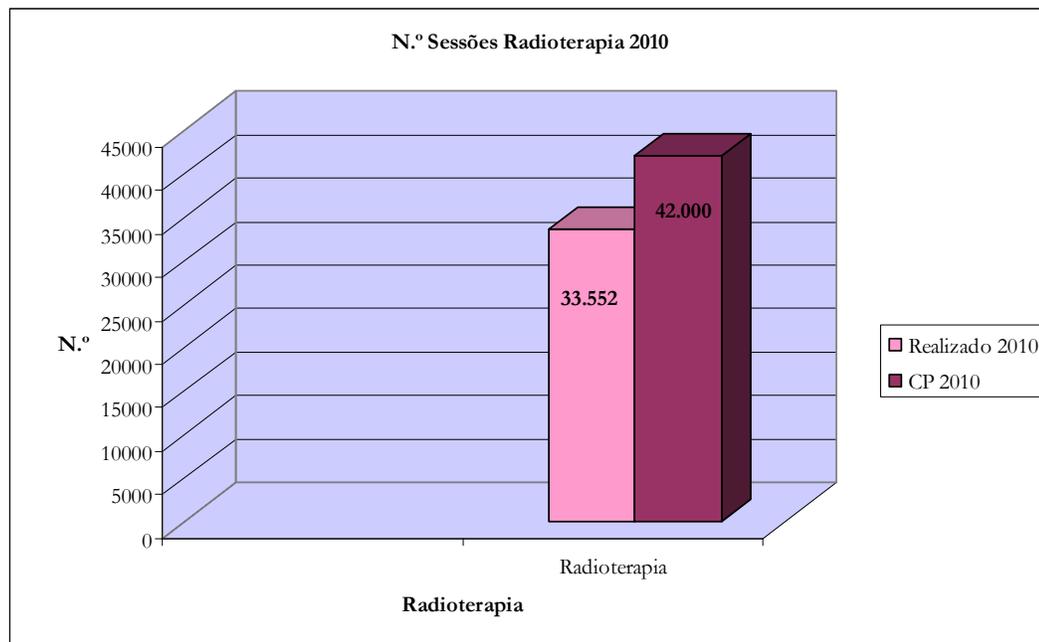
O Serviço mantém uma situação de inexistência de lista de espera para a realização de tratamentos de radioterapia e em 2010 manteve as respostas às procuras dos seguintes hospitais, para além deste Centro Hospitalar: Hospital Garcia de Orta, Centro Hospitalar de Setúbal, Hospital Distrital de Santarém, representando estas quatro instituições 90% dos doentes referenciados para o serviço.



Demos ainda resposta a doentes referenciados pelo Hospital Reynaldo dos Santos, CHLO, CLHLC, IPO Lisboa e Hospital Militar. O ano de 2010 registou uma quebra ao nível do n.º de doentes referenciados, comparativamente com 2009, na ordem dos 5%, o que representa menos 70 doentes referenciados para a realização de tratamentos de radioterapia.

Posto isso, analisando a actividade desenvolvida em 2010, verificamos que a mesma ficou aquém do contratualizado, conforme se evidencia no Gráfico seguinte, num cenário, como já referido atrás, de inexistência de lista de espera para a realização destes tratamentos.

**Gráfico - Comparação Actividade Radioterapia realizada 2010 vs. Actividade Radioterapia contratualizada em CP 2010**



## 6.2 – Evolução dos Indicadores de Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2010, exerciam funções no CHBM, E.P.E. 1670 efectivos, o que representa uma diminuição de menos 5 funcionários, face ao número apresentado no final do ano anterior de (1675), dos quais 1010 com contrato em funções públicas, 59 profissionais (médicos em formação) em cedência de interesse público e 601 com contrato individual de trabalho.

De salientar que existem mais 49 colaboradores em prestação de serviço.

### Tipo de Vínculo por todas as Categorias

GRUPO PROF./VINCULO	Dez.2009				Dez.2010			TOTAL
	CTFP	CIP	CIT	Total	CTFP	CIP	CIT	
Conselho de Administração	7			7	6			6
Dirigente	2		4	6	2		4	6
Médico	133	63	60	256	118	59	71	248
Técnicos Superior Saúde	9		12	21	8		13	21
Outro P. Técnico Superior	8		6	14	7		5	12
P. Tec. Superior Serv. Social	7		3	10	7		3	10
Enfermeiro	377		177	554	368		191	559
Técnico Diag. Terapêutica	99		49	148	97		57	154
Assistente Técnico	129		65	194	125		70	195
Assistente Operacional	291		161	452	267		179	446
Pessoal Informático	2		7	9	2		7	9
Outro	3		1	4	3		1	4
Total Geral	1067	63	545	1675	1010	59	601	1670

### 6.3 - Evolução dos Indicadores Económico-Financeiros

O Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE criado pelo Decreto-lei nº 280/2009 de 6 de Outubro por fusão entre o Hospital Nossa Senhora do Rosário, EPE e o Hospital do Montijo, SPA, com efeitos a partir do dia 1 de Novembro de 2009. A comparação que se realiza neste relatório do ponto de vista da evolução dos indicadores económico-financeiros faz-se tendo em atenção que os valores referentes a 2009 integram os resultados dos dois hospitais até Outubro de 2009, acrescidos dos resultados do Centro Hospitalar.

#### 6.3.1 – Resultados

*(em euros)*

RESULTADOS					
	Realizado 2009	Realizado 2010	$\Delta\%$ (10-09)	Orçamento 2010	$\Delta\%$ (Orç-10)
Resultados Operacionais	-11.817.352	-20.857.873	76,5 %	-16.744.971	24,6 %
Resultados Financeiros	-151.572	-177.999	17,4 %	-146.780	17,5 %
Resultados Extraordinários	1.409.563	556.654	60,5 %	-375.512	-167,5 %
<b>Resultados Líquidos do Exercício</b>	<b>-10.562.361</b>	<b>-20.493.104</b>	<b>94,0 %</b>	<b>-17.267.263</b>	<b>18,6 %</b>

O resultado líquido em 2010, ascende a 20,5 milhões de euros negativos influenciado por um desequilíbrio dos resultados operacionais e financeiros, ligeiramente compensado pelos resultados extraordinários, evidenciando um desnível entre a estrutura de custos e proveitos do Centro Hospitalar. Os Resultados Líquidos do Exercício aumentam, assim, 94,0% face ao ano anterior, motivado pelo aumento dos Resultados Operacionais, reflexo do efeito da constituição do Centro Hospitalar e da estrutura financeira dos hospitais que os constituem. Face ao orçamentado, apresenta uma execução orçamental de 18,6% acima do previsto.

### 6.3.2 – Proveitos

*(em euros)*

PROVEITOS					
	Realizado 2009	Realizado 2010	$\Delta\%$ (10-09)	Orçamento 2010	$\Delta\%$ (Orç-10)
Proveitos Operacionais	80.244.279	70.384.318	-12,3 %	76.406.344	-8,6 %
Proveitos Financeiros	256.701	96.463	-62,4 %	132.000	-26,9 %
Proveitos Extraordinários	2.222.830	1.152.844	-48,1 %	485.000	137,7 %
<b>Proveitos Totais</b>	<b>82.723.810</b>	<b>71.633.625</b>	<b>-13,4 %</b>	<b>77.023.344</b>	<b>7,0 %</b>

Os proveitos totais atingiram no final de 2010, 71,6 milhões de euros, em resultado dos proveitos provenientes do Serviço Nacional de Saúde, 65,1 milhões de euros, que representa 90,1% do total dos proveitos. Os restantes 9,9% dos proveitos são provenientes de outros clientes, proveitos suplementares, financeiros e extraordinários.

Face ao período homólogo, os proveitos totais registados em 2010 evidenciam um decréscimo de 13,4% (-11,1 Milhões de Euros), traduzindo muito significativamente o cessar do pagamento relativo a subsídio de exploração pelo qual o Hospital do Montijo era financiado, que representou em 2009 10,1 Milhões de Euros.

Quando comparado com o Orçamento de Proveitos para 2010, a taxa de execução face ao previsto é de 93%, o que representa uma quebra de receita face ao expectável na ordem dos 5,4 Milhões de Euros.

*(em euros)*

PROVEITOS OPERACIONAIS					
	Realizado 2009	Realizado 2010	$\Delta\%(10-09)$	Orçamento 2010	$\Delta\%(Orç-10)$
Vendas					
Prestações de Serviços	69.090.544	69.837.826	1,1 %	75.151.281	-7,1 %
- SNS (Contrato Programa)	59.746.833	65.098.516	8,9 %	72.365.777	-10,0 %
- Outras Entidades	9.343.711	4.739.310	-49,2 %	2.785.504	70,1 %
Proveitos Suplementares	458.873	373.328	-18,6 %	540.930	-30,9 %
Subsídios à Exploração	10.110.052	7.168		0	
Outros Proveitos Operacionais	584.810	165.996	-71,6 %	714.133	-76,7 %
<b>Total dos Proveitos Operacionais</b>	<b>80.244.279</b>	<b>70.384.318</b>	<b>-12,3 %</b>	<b>76.406.344</b>	<b>-8,6 %</b>

O Centro Hospital estima para 2010 uma facturação de 65,1 milhões de euros, ao abrigo do Contrato Programa, pela prestação de serviços aos beneficiários do SNS e Subsistemas entretanto integrados na contratualização com a Tutela. Destes, 61,9 milhões de euros respeitam à facturação da Produção Contratada, 3,2 Milhões de Euros respeitam a Outras Rubricas, que inclui os programas verticais, cumprimento dos objectivos de Qualidade e Eficiência contratualizados no âmbito do Contrato Programa, pagamento de formação (Internos) e comparticipação de medicamentos.

Face ao Contrato Programa, a execução orçamental apresenta uma taxa de 10% abaixo do previsto.

*(em euros)*

PROVEITOS OPERACIONAIS - SNS					
	Realizado 2009	Realizado 2010	$\Delta\%(10-09)$	Orçamento 2010	$\Delta\%(Orç-10)$
Internamento	20.732.384	24.190.878	16,7 %	27.354.896	-11,6 %
Consulta Externa	10.023.669	12.165.328	21,4 %	13.007.568	-6,5 %
Urgência	8.072.462	11.757.408	45,6 %	11.444.340	2,7 %
Hospitais de Dia	2.396.530	2.846.460	18,8 %	2.846.943	0,0 %
GDH's de Ambulatório	11.214.641	10.947.504	-2,4 %	14.291.505	-23,4 %
Verba Convergência	4.060.085	0		0	
Outros	3.247.062	3.190.938	-1,7 %	3.420.525	-6,7 %
<b>Total dos Proveitos Operacionais - SNS</b>	<b>59.746.833</b>	<b>65.098.516</b>	<b>8,9 %</b>	<b>72.365.777</b>	<b>-10,0 %</b>

Quando analisamos a evolução dos proveitos por linha de produção, verificamos um aumento de 8,9% em 2010 face a 2009 relativamente à execução do Contrato Programa. No Internamento verifica-se um aumento de 16,7%; na Consulta Externa, verificamos um aumento de 21,4%; na Urgência, evidencia-se um aumento de 45,6%; nos Hospitais de Dia, registou-se um aumento de 18,8%; nos GDH's de Ambulatório verificamos um decréscimo de 2,4%. O ano de 2010 marca o fim da atribuição da verba de convergência, o que resultou numa de receita na ordem do 4,0 Milhões de Euros.

Comprando a execução de 2010 com o que havia sido contratualizado, verificamos, na relação inversa, uma taxa de execução abaixo de previsto em todas as linhas de produção, excepção feita às linhas da Urgência e Hospitais de Dia.

### 6.3.3 – Custos

*(em euros)*

CUSTOS					
	Realizado 2009	Realizado 2010	$\Delta\%$ (10-09)	Orçamento 2010	$\Delta\%$ (Orç-10)
Custos Operacionais	92.061.631	91.242.191	-0,9 %	93.151.315	-2,0 %
Custos Financeiros	408.273	274.462	-32,8 %	278.780	-1,5 %
Custos Extraordinários	816.267	596.191	-27,0 %	860.512	-30,7 %
<b>Custos Totais</b>	<b>93.286.171</b>	<b>92.112.844</b>	<b>-1,3 %</b>	<b>94.290.607</b>	<b>-2,3 %</b>

Os custos totais em 2010 ascenderam a 92,1 Milhões de euros, dos quais 99,0% são custos operacionais, os restantes são custos financeiros e extraordinários. A execução de 2010 apresenta um decréscimo de 1,3% face ao realizado em 2009 e, apresenta uma execução orçamental 2.3% abaixo do previsto.

*(em euros)*

ESTRUTURA DE CUSTOS	
	2010
1. Custos Totais	92.112.844
2. Custos com Pessoal	51.567.153
3. CMVMC	20.736.539
4. Fornecimento e Serviços Externos	15.206.184
5. (2) / (1)	56,0%
6. (3) / (1)	22,5%
7. (4) / (1)	16,5%

Conforme o referido acima, os custos operacionais representam 99,0% dos custos totais, dos quais 56,0% respeitam a custos com pessoal, 22,5 % a matérias de consumo e 16,5% a fornecimentos e serviços externos.

6.3.3.1- Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

*(em euros)*

CMVMC					
	Realizado 2009	Realizado 2010	$\Delta\%$ (10-09)	Orçamento 2010	$\Delta\%$ (Orç-10)
Produtos Farmacêuticos	16.629.708	16.949.796	1,9 %	17.235.966	-1,7 %
Material de Consumo Clínico	3.514.431	3.238.089	-7,9 %	3.767.158	-14,0 %
Produtos Alimentares	2.355	1.711	-27,3 %	2.400	-28,7 %
Material de Consumo Hoteleiro	158.049	176.358	11,6 %	159.210	10,8 %
Material de Consumo Administrativo	235.077	206.019	-12,4 %	228.420	-9,8 %
Material de Manutenção e Conservação					
<b>TOTAL</b>	<b>20.728.273</b>	<b>20.736.539</b>	<b>0,0 %</b>	<b>21.557.404</b>	<b>-3,8 %</b>

Os custos na rubrica de Consumos cifraram-se em 2010 em 20,7 Milhões de Euros, o que representa uma manutenção dos gastos nesta rubrica relativamente ao ano anterior. Face ao orçamento, a previsão inicialmente aprovada remetia para a possibilidade de crescimento nesta rubrica de 4%. Efectivamente, o resultado alcançado cifrou-se numa diminuição de

3,8% face ao orçamentado, o que representa menos 820 mil Euros. Relativamente ao definido em sede de aplicação das medidas de contenção, estimámos em Junho um impacte negativo da aplicação das mesmas nesta rubrica na ordem dos 350 mil Euros, o que veio a confirmar-se, ainda de forma mais evidenciada. De facto, o resultado alcançado no final do ano face ao estimado foi de 372 mil Euros, cumprindo-se na íntegra o objectivo inicialmente definido.

*(em euros)*

PRODUTOS FARMACÊUTICOS					
	Realizado 2009	Realizado 2010	$\Delta\%$ (10-09)	Orçamento 2010	$\Delta\%$ (Orç-10)
Medicamentos	14.522.597	14.900.768	2,6 %	14.932.380	-0,2 %
Reagentes	1.709.988	1.699.547	-0,6 %	1.902.503	-11,9 %
Outros	397.123	349.481	-12,0 %	401.083	-14,8 %
<b>TOTAL</b>	<b>16.629.708</b>	<b>16.949.796</b>	<b>1,9 %</b>	<b>17.235.966</b>	<b>-1,7 %</b>

Os custos na rubrica de Produtos Farmacêuticos cifraram-se em 2010 em 16,9 Milhões de Euros, o que representa um acréscimo dos gastos nesta rubrica relativamente ao ano anterior de 1,9%, o que representa mais 320 mil Euros. Face ao Orçamento, o resultado alcançado cifrou-se numa diminuição de 1,7%, o que representa menos 286 mil Euros.

*(em euros)*

MATERIAL DE CONSUMO CLINICO					
	Realizado 2009	Realizado 2010	$\Delta\%$ (10-09)	Orçamento 2010	$\Delta\%$ (Orç-10)
Penso	192.808	163.418	-15,2 %	206.673	-26,5 %
Artigos Cirúrgicos	400.145	342.623	-14,4 %	428.920	-25,2 %
Tratamento	752.054	845.579	12,4 %	806.135	4,7 %
Electromedicina	96.642	41.230	-57,3 %	103.592	-151,3 %
Laboratório	102.903	102.265	-0,6 %	110.303	-7,9 %
Próteses	774.730	706.009	-8,9 %	830.442	-17,6 %
Osteosintese	130.496	147.761	13,2 %	139.880	5,3 %
Outros	1.064.653	889.204	-16,5 %	1.141.213	-28,3 %
<b>TOTAL</b>	<b>3.514.431</b>	<b>3.238.089</b>	<b>-7,9 %</b>	<b>3.767.158</b>	<b>-14,0 %</b>

Os custos na rubrica de Material de Consumo Clínico cifraram-se em 2010 em 3,2 Milhões de Euros, o que representa um decréscimo dos gastos nesta rubrica relativamente ao ano anterior de 7,9%, o que representa menos 276 mil Euros. Face ao Orçamento, o resultado alcançado cifrou-se numa diminuição de 14,0%, o que representa menos 529 mil Euros.

#### 6.3.3.2 Custos com pessoal

Os Custos com Pessoal representam 56,0% do total dos custos. Destes, destacamos os custos com remunerações base do pessoal, em cerca de 42,5 milhões de euros, os custos com suplementos de remunerações, em cerca de 9,6 milhões de euros, e os encargos sobre remunerações, em cerca de 6,9 milhões de euros.

*(em euros)*

CUSTOS COM PESSOAL					
	Realizado 2009	Realizado 2010	$\Delta\%$ (10-09)	Orçamento 2010	$\Delta\%$ (Orç-10)
Remuneração Órgãos Directivos	335.612	420.566	25,3 %	365.180	15,2 %
Remuneração do Pessoal	42.852.665	42.496.632	-0,8 %	43.021.041	-1,2 %
Outras Remunerações	9.795.462	9.642.094	-1,6 %	9.983.822	-3,4 %
Prestações Sociais Directas	498.077	281.098	-43,6 %	464.290	-39,5 %
Subsidio de Férias e de Natal	4.861.463	4.826.424	-0,7 %	5.075.775	-4,9 %
Pensões	974.560	1.274.948	30,8 %	990.801	28,7 %
Encargos S/ Remunerações	6.439.517	6.859.120	6,5 %	6.500.360	5,5 %
Outros Custos c/ Pessoal	752.748	515.887	-31,5 %	477.720	7,9 %
<b>TOTAL</b>	<b>51.355.102</b>	<b>51.567.153</b>	<b>0,4 %</b>	<b>51.355.102</b>	<b>0,4 %</b>

Os gastos na rubrica de Custos com Pessoal cifraram-se em 2010 em 51,6 Milhões de €, o que representa um ligeiro crescimento dos gastos nesta rubrica relativamente ao ano anterior de 0,4%, o que equivale a +212 mil €. Face ao orçamento, a previsão inicialmente aprovada remetia para a possibilidade de crescimento nesta rubrica de 0%. Efectivamente, o resultado alcançado foi igual ao crescimento aos custos de 2009,

estando praticamente em linha com o objectivo do ano. Relativamente ao definido em sede de aplicação das medidas de contenção, estimámos em Junho um impacte negativo da aplicação das mesmas nesta rubrica na ordem dos 180 mil €, o que veio a confirmar-se, ainda de forma mais evidenciada. De facto, o resultado alcançado no final do ano face ao estimado foi de 217 mil €, cumprindo-se na íntegra o objectivo inicialmente definido.

*(em euros)*

SUPLEMENTOS DE REMUNERAÇÃO					
	Realizado 2009	Realizado 2010	$\Delta\%$ (10-09)	Orçamento 2010	$\Delta\%$ (Orç-10)
Trabalho Extraordinário	4.861.784	4.866.900	0,1 %	4.764.462	2,2 %
Trabalho em Regime de Turnos	2.393.459	2.285.116	-4,5 %	2.577.556	-11,3 %
Suplementos	2.540.219	2.490.078	-2,0 %	2.641.804	-5,7 %
<b>TOTAL</b>	<b>9.795.462</b>	<b>9.642.094</b>	<b>-1,6 %</b>	<b>9.983.822</b>	<b>-3,4 %</b>

As despesas de pessoal com suplementos de remunerações decresceram 1,6%, o equivalente a 153 mil euros, relativamente ao ano anterior. Este desvio deve-se, essencialmente, a uma diminuição da rubrica de trabalho em regime de turnos e outros suplementos. Comparativamente com o Orçamento, esta rubrica apresenta uma diminuição de 3,4%, o que representa menos 342 mil Euros.

#### 6.3.3.3- Fornecimentos e Serviços Externos

Os custos com Fornecimentos e Serviços Externos representam 16,5% do total dos custos. Destes, destacamos os gastos com subcontratos que atingiram no final de Dezembro de 2010 o valor de 6,2 milhões de euros.

*(em euros)*

<b>FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS</b>					
	<b>Realizado 2009</b>	<b>Realizado 2010</b>	<b>Δ%(10-09)</b>	<b>Orçamento 2010</b>	<b>Δ%(Orç-10)</b>
Subcontratos	7.319.786	6.221.859	-15,0 %	7.395.669	-15,9 %
Fornecimentos e Serviços I	1.184.866	1.079.771	-8,9 %	1.297.360	-16,8 %
Fornecimentos e Serviços II	1.834.068	2.116.021	15,4 %	1.863.890	13,5 %
Fornecimentos e Serviços III	5.991.112	5.658.726	-5,5 %	6.116.925	-7,5 %
Outros Fornecimentos e Serviços	330.868	129.807	-60,8 %	320.070	-59,4 %
<b>TOTAL</b>	<b>16.660.700</b>	<b>15.206.184</b>	<b>-8,7 %</b>	<b>16.993.914</b>	<b>-10,5 %</b>

Os custos na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos cifraram-se em 2010 em 15,2 Milhões de Euros, o que representa uma diminuição dos gastos nesta rubrica relativamente ao ano anterior de 8,7%, o que equivale a -1,4 Milhões de Euros. Face ao orçamento, a previsão inicialmente aprovada remetia para a possibilidade de crescimento nesta rubrica de 2%. Efectivamente, o resultado alcançado cifrou-se numa diminuição de 10,5% face ao orçamentado, o que representa menos 1,8 Milhões Euros. Relativamente ao definido em sede de aplicação das medidas de contenção, estimámos em Junho um impacte negativo da aplicação das mesmas nesta rubrica na ordem dos 308 mil €. Contudo, a tendência de diminuição evidenciada no 1.º semestre não manteve o mesmo ritmo, registando um abrandamento da tendência. Assim, ainda que pelas análises anteriores, a performance nesta rubrica evidencie claramente a tendência de decréscimo, ela não está evidente na análise do cumprimento das medidas de contenção.

*(em euros)*

<b>SUBCONTRATOS</b>					
	<b>Realizado 2009</b>	<b>Realizado 2010</b>	<b>Δ%(10-09)</b>	<b>Orçamento 2010</b>	<b>Δ%(Orç-10)</b>
Assistência Ambulatória	1.151.284	1.472.531	27,9 %	1.713.478	-14,1 %
Meios Complementares Diagnóstico	2.716.492	2.205.814	-18,8 %	2.593.761	-14,9 %
Meios Complementares Terapêutica	2.487.798	1.628.176	-34,5 %	2.165.805	-24,8 %
Transporte de Doentes	779.364	829.963	6,5 %	701.005	-18,4 %
Outros	184.848	85.375	-53,8 %	221.620	-61,5 %
<b>TOTAL</b>	<b>7.319.786</b>	<b>6.221.859</b>	<b>-15,0 %</b>	<b>7.395.669</b>	<b>-15,9 %</b>

Os custos na rubrica de Subcontratos cifraram-se em 2010 em 6,2 Milhões de Euros, o que representa um decréscimo dos gastos nesta rubrica relativamente ao ano anterior de 15,0%, o que representa menos 1,1 Milhões de Euros. Face ao Orçamento, o resultado alcançado cifrou-se numa diminuição de 15,9%, o que representa menos 1,2 Milhões de Euros.

## **6.4 - Principais Actividades e Investimentos Desenvolvidos em 2010**

### *6.4.1 - Balanço e estrutura patrimonial*

À data de 31 de Dezembro de 2010, os Activos do CHBM, EPE ascendem a 144,9 milhões de Euros, originando Activos Líquidos no valor de 116,2 milhões de euros, depois de deduzidas as amortizações e provisões acumuladas.

O Activo Circulante ascende a 17,1 milhões de euros em 2010, dos quais 8,6 milhões de euros se encontram contabilizados sobre a forma de disponibilidades.

O Imobilizado Bruto atingiu o valor de 49,3 milhões de euros, dos quais 57,5% já se encontra totalmente amortizado. O Imobilizado Líquido situou-se nos 20,9 milhões de euros.

A 31 de Dezembro de 2010, os Fundos Próprios foram negativos em 19,6 Milhões de Euros, revelando uma significativa preocupação da entidade perante terceiros.

No que respeita ao Passivo, atingiu o valor de 135,8 Milhões de Euros. Neste, as dívidas de curto prazo situaram-se nos 128,0 Milhões de Euros, influenciado pelos adiantamentos efectuados pela ACSS por conta das prestações de serviços efectuados ao abrigo do Contrato Programa. Retirando esse efeito, as dívidas de curto prazo seriam de 53,5 Milhões de Euros, evidenciando um desequilíbrio financeiro que põe em causa a capacidade do Centro Hospitalar de solver os compromissos assumidos de curto prazo.

BALANÇO	2009	2010
<b>Activo</b>		
Imobilizado Líquido	18.606.768	20.923.130
Circulante	16.265.518	17.119.329
Acréscimos e Diferimentos	28.077.095	78.200.086
<b>TOTAL</b>	<b>62.949.382</b>	<b>116.242.545</b>
<b>Fundos Próprios e Passivo</b>		
Fundos Próprios	( 2.419.332 )	(19.627.304)
<b>Passivo</b>		
Curto Prazo	57.718.881	128.007.416
Acréscimos e Diferimentos	7.649.832	7.862.434
<b>Sub-Total</b>	<b>65.368.714</b>	<b>135.869.850</b>
<b>TOTAL</b>	<b>62.949.382</b>	<b>116.242.545</b>

#### 6.4.2 - Indicadores Económico-Financeiros

O rácio de autonomia financeira no final de 2010 é negativo em 16,8%, o que representa um agravamento em 12,9 pontos percentuais face ao valor registado no ano anterior.

O Prazo Médio de Recebimento mantém-se estável, tendo em conta que o Centro Hospitalar recebe cerca de 90 % do seu financiamento através de adiantamentos efectuados pela ACSS no âmbito do contrato programa.

O Prazo Médio de Pagamento passou de 150 dias para 251 dias , aumentando em 101 dias face ao ano de 2009, reflectindo as dificuldades de Tesouraria que se agravaram no ano de 2010.

INDICADORES	2009	2010
Autonomia Financeira	-3,9 %	-16,8 %
Liquidez Geral	0,28	0,32
Liquidez Imediata	0,248	0,227
Prazo Médio de Recebimento	32	31
Prazo Médio de Pagamento	150	251

#### 6.4.3 – Investimentos

O Hospital tem mantido um nível de investimento claramente superior ao valor das amortizações. Em 2010 foram investidos 6,1 Milhões de euros, o que representa um aumento de 120% face a 2009.

*(em euros)*

INVESTIMENTO	2009	2010
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>		
Edifícios e outras construções	1.274.088	1.419.620
Equipamento básico	969.992	3.450.080
Equipamento de transporte	84.862	
Ferramentas e utensílios		6.582
Equipamentos Administrativo e Informático	394.431	744.746
Outras imobilizações corpóreas		
<b>Sub-total</b>	<b>2.765.925</b>	<b>5.621.028</b>
<b>Imobilizações em curso</b>		<b>449.326</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>		
Despesas de Investigação e Desenvolvimento		
Despesas de Instalação		
<b>TOTAL</b>	<b>2.765.925</b>	<b>6.070.354</b>

#### 6.4.4 – Descrição dos principais investimentos de 2010

Investimentos	Valor (milhares de euros)
Unidade de Cuidados Paliativos	330,8
Unidade de Oncologia	670,2
Unidade de Radioterapia:	2.339,5
Obra	161,2
Equipamento (2º Acelerador linear, Upgrade, TC)	2.178,3
Equipamento Imagiologia (RX, mesa comando, detector, ampola RX e outros)	444,8
Urgência Geral e Pediátrica	103,4
Oftalmologia (Angiografo/Retinografo)	103,9
Consulta Externa (Obra e equipamento)	104,7
Bloco Operatório (Obra e Equipamento)	115,2
Obras Diversas	228,2
Equipamentos Diversos	1.180,3

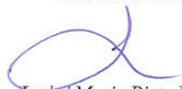
## 7 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da competência estatutária, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. propõe que o resultado negativo do exercício do período compreendido entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2010, no montante de **-20.493.103,63 €** ( vinte milhões quatrocentos e noventa e três mil cento e três euros e sessenta e três cêntimos), seja aplicado do seguinte modo:

<i>(em euros)</i>	
▸ Para Reserva Legal	0,00
▸ Para Reservas Livres	0,00
▸ Para Resultados Transitados	-20.493.103,63

CHBM, EPE - 31 de Março de 2011

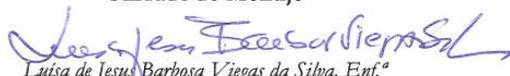
**A PRESIDENTE DO CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO**

  
*Isabel Maria Pinto Monteiro, Eng.ª*

**A ENFERMEIRA DIRECTORA  
Unidade do Barreiro**

  
*Maria Helena Ferreira de Almeida, Enf.ª*

**A ENFERMEIRA DIRECTORA  
Unidade do Montijo**

  
*Luísa de Jesus Barbosa Viegas da Silva, Enf.ª*

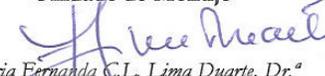
**O VOGAL DO CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO**

  
*Ruben José de Almeida Martins Raposo, Dr.*

**A DIRECTORA CLÍNICA  
Unidade do Barreiro**

  
*Ana Maria Potier Ferreira Abel, Dr.ª*

**A DIRECTORA CLÍNICA  
Unidade do Montijo**

  
*Maria Fernanda C.L. Lima Duarte, Dr.ª*

## 8 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CENTRO HOSPITALAR  
BARREIRO MONTIJO, E.P.E.



### BALANÇO

(31 de Dezembro)

ACTIVO	Dez. 2010			Dez. 2009
	Activo Bruto	Amort./Ajustam.	Activo Líquido	Activo Líquido
<b>Imobilizado:</b>				
<b>Imobilizações Incorpóreas:</b>				
Despesas de Instalação				
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	427.779,94	418.253,02	9.526,92	73.266,22
Imobiliz. em Curso de Imob. Incorpóreo				
Adiantamentos por conta Imob. Incorpóreo				
	427.779,94	418.253,02	9.526,92	73.266,22
<b>Imobilizações Corpóreas:</b>				
Terrenos e Recursos Naturais	239.544,43		239.544,43	239.544,43
Edifícios e Outras Construções	18.360.818,62	6.971.177,15	11.389.641,47	10.852.763,10
Equipamento Básico	23.380.131,60	15.872.870,47	7.507.261,13	6.223.749,75
Equipamento de Transporte	320.221,36	263.820,64	56.400,72	78.771,44
Ferramentas e Utensílios	54.191,16	36.235,63	17.955,53	16.249,56
Equipamento Administrativo e Informático	6.001.099,19	4.777.382,23	1.223.716,96	1.090.512,58
Taras e Vasilhame	11.463,60	8.826,45	2.637,15	4.040,93
Outras Imobilizações Corpóreas	2.959,23	1.629,76	1.329,47	2.079,43
Imobiliz. em Curso de Imob. Corpóreo	475.116,21		475.116,21	25.790,61
Adiantamentos por conta Imob. Corpóreo			0,00	0,00
	48.845.545,40	27.931.942,33	20.913.603,07	18.533.501,83
<b>Investimentos Financeiros</b>				
	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Circulante:</b>				
<b>Existências:</b>				
Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	2.497.677,00		2.497.677,00	1.935.245,34
Sub-produtos, desperd. ,resíduos e refugos				
Produtos acabados e intermedios				
Mercadorias				
Adiantamentos por conta de compras				
	2.497.677,00	0,00	2.497.677,00	1.935.245,34
<b>Dividas de Terceiros - Curto Prazo:</b>				
Empréstimos concedidos				
Clientes c/c	3.849.593,38		3.849.593,38	3.753.952,31
Utentes c/c	44.316,02		44.316,02	75.364,45
Insituições MS	2.060.270,65		2.060.270,65	1.917.425,41
Clientes e utentes de cobrança duvidosa	325.243,62	325.243,62	0,00	0,00
Devedores pela execução do orçamento				
Adiantamento a fornecedores	35,09		35,09	2.526,74
Adiantamento a fornecedores de imobilizado				
Estado e outros entes públicos	15,69		15,69	360.015,69
Outros devedores	9.505,88		9.505,88	5.936,12
	6.288.980,33	325.243,62	5.963.736,71	6.115.220,72
<b>Títulos Negociáveis:</b>				
Ações				
Obrigações e Títulos de Participação				
Títulos da Dívida Pública				
Outros Títulos				
Outras Aplicações de Tesouraria			0,00	
	0,00		0,00	0,00
<b>Depósitos em Instit. Financeiras e Caixa:</b>				
Conta do tesouro	7.384.798,21		7.384.798,21	5.737.470,65
Depósitos em instituições financeiras	1.273.116,86		1.273.116,86	2.476.908,62
Caixa	0,00		0,00	673,00
	8.657.915,07		8.657.915,07	8.215.052,27
<b>Acréscimo e Deferimentos:</b>				
Acréscimos de proventos	78.200.086,60		78.200.086,60	28.077.095,54
Custos diferidos				
	78.200.086,60		78.200.086,60	28.077.095,54
<b>Total das Amortizações</b>		28.350.195,35		
<b>Total de Ajustamentos</b>		325.243,62		
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	144.917.984,34	28.675.438,97	116.242.545,37	62.949.381,92

O Conselho de Administração

Dez. 2010

Técnico de Contas N.º 29806

*Fng.º José Pinto Monteiro*  
Conselho de Administração

*Fernando Galvão*  
Director dos Serviços Financeiros

**BALANÇO**

(31 de Dezembro)

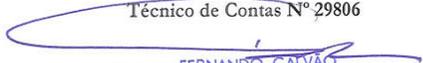
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	(Valores em euros)	
	Dez. 2010	Dez. 2009
<b>Fundos Próprios:</b>		
Património	40.930.000,00	37.930.000,00
Reservas de Reavaliação		
	40.930.000,00	37.930.000,00
<b>Reservas:</b>		
Reservas livres	3.628.282,91	3.628.282,91
Subsídios	2.484.940,78	2.484.940,78
Doações	645.540,78	643.914,58
Reservas decorrentes da transferência de activos		
	6.758.764,47	6.757.138,27
Resultados Transitados	(46.822.965,08)	(42.658.100,78)
Resultado Líquido do Exercício	(20.493.103,63)	(4.448.369,95)
<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>(19.627.304,24)</b>	<b>-2.419.332,46</b>
<b>Passivo:</b>		
Provisões para Cobrança Duvidosa		
Provisões para Riscos e Encargos		
<b>Dividas a Terceiros - Curto Prazo:</b>		
Utentes c/c		
Adiantamentos de clientes, utentes e Instit. MS	74.529.736,86	18.968.023,38
Fornecedores c/c	30.098.538,29	18.408.196,35
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		
Empréstimos obtidos	12.767.548,97	12.767.548,97
Credores pela execução do orçamento		
Fornecedores de imobilizado c/c	2.969.114,49	762.456,80
Estado e outros entes públicos	1.756.736,60	1.401.588,72
Outros credores	5.885.740,75	5.411.067,32
	128.007.415,96	57.718.881,54
<b>Acréscimo e Deferimentos:</b>		
Acréscimos de Custos	6.616.716,97	5.951.935,42
Proveitos Diferidos	1.245.716,68	1.697.897,42
	7.862.433,65	7.649.832,84
<b>Total do Passivo</b>	<b>135.869.849,61</b>	<b>65.368.714,38</b>
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>	<b>116.242.545,37</b>	<b>62.949.381,92</b>

O Conselho de Administração

Dez. 2010

Técnico de Contas N.º 29806

  
Isabel Pinto Monteiro  
Membro do Conselho de Administração

  
FERNANDO GALVÃO  
Director dos Serviços Financeiros

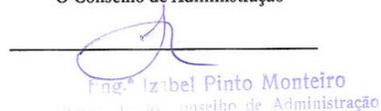
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA**

(1 de Janeiro a 31 de Dezembro)

(Valores em euros)

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS			
	Dez. 2010		Dez. 2009	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
Mercadorias				
Matérias de consumo	20.736.538,44		3.395.730,89	
Fornecimentos e serviços externos	15.206.184,31	35.942.722,75	2.775.162,01	6.170.892,90
Custos com pessoal:				
Remunerações	42.917.198,12		8.702.771,34	
Encargos sociais:				
Pensões	1.274.948,45		228.927,34	
Outros	7.375.006,74	51.567.153,31	1.459.969,76	10.391.668,44
Transferências correntes concedidas e prestações sociais				
Amortizações do exercício	3.668.428,81		601.606,89	
Provisões do exercício	5.372,56	3.673.801,37	89.319,14	690.926,03
Outros custos e perdas operacionais	58.513,24	58.513,24	1.655,13	1.655,13
(A)		91.242.190,67		17.255.142,50
Custos e perdas financeiras		274.462,19		139.032,64
(C)		91.516.652,86		17.394.175,14
Custos e perdas extraordinárias		596.190,89		83.178,39
(E)		92.112.843,75		17.477.353,53
Imposto sobre o rendimento do exercício		13.884,30		2.063,75
(G)		92.126.728,05		17.479.417,28
Resultado líquido do exercício		(20.493.103,63)		(4.448.369,95)
		71.633.624,42		13.031.047,33

O Conselho de Administração



Eng.ª Isabel Pinto Monteiro  
Membro do Conselho de Administração

Dez. 2010

Técnico de Contas N.º 29806



FERNANDO GALVÃO  
Diretor dos Serviços Financeiros

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA**

(1 de Janeiro a 31 de Dezembro)

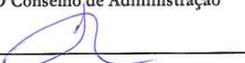
(Valores em euros)

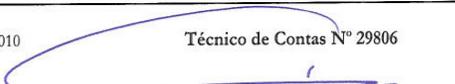
PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS			
	Dez. 2010		Dez. 2009	
Vendas e Prestações de Serviços:				
Vendas				
Prestações de Serviços	69.837.825,36	69.837.825,36	12.306.445,22	12.306.445,22
Impostos, Taxas e Outros				
Proveitos Suplementares	373.328,22		69.369,49	
Transferências e Sub. Correntes Obtidos:				
Transferências - Tesouro				
Transferências Correntes Obtidas				
Subs. Correntes - Out. Ent. Públicas	7.168,21			
De Outras Entidades				
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	165.995,51	546.491,94	62.026,84	131.396,33
( B )		70.384.317,30		12.437.841,55
Proveitos e Ganhos Financeiros		96.462,71		4.755,30
( D )		70.480.780,01		12.442.596,85
Proveitos e Ganhos Extraordinários		1.152.844,41		588.450,48
( F )		71.633.624,42		13.031.047,33
<b>Resumo:</b>				
Resultados Operacionais: (B) - (A)		(20.857.873,37)		(4.817.300,95)
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)		(177.999,48)		(134.277,34)
Resultados Correntes: (D) - (C)		(21.035.872,85)		(4.951.578,29)
Resultados Antes de Impostos: (F) - (E)		(20.479.219,33)		(4.446.306,20)
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (G)		(20.493.103,63)		(4.448.369,95)

O Conselho de Administração

Dez. 2010

Técnico de Contas Nº 29806

  
Eng.ª Isabel Pinto Monteiro  
Presidente do Conselho de Administração

  
FERNANDO GALVÃO  
Diretor dos Serviços Financeiros

## 9 - ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010)

### 1) Caracterização da Entidade

#### 1.1) Identificação

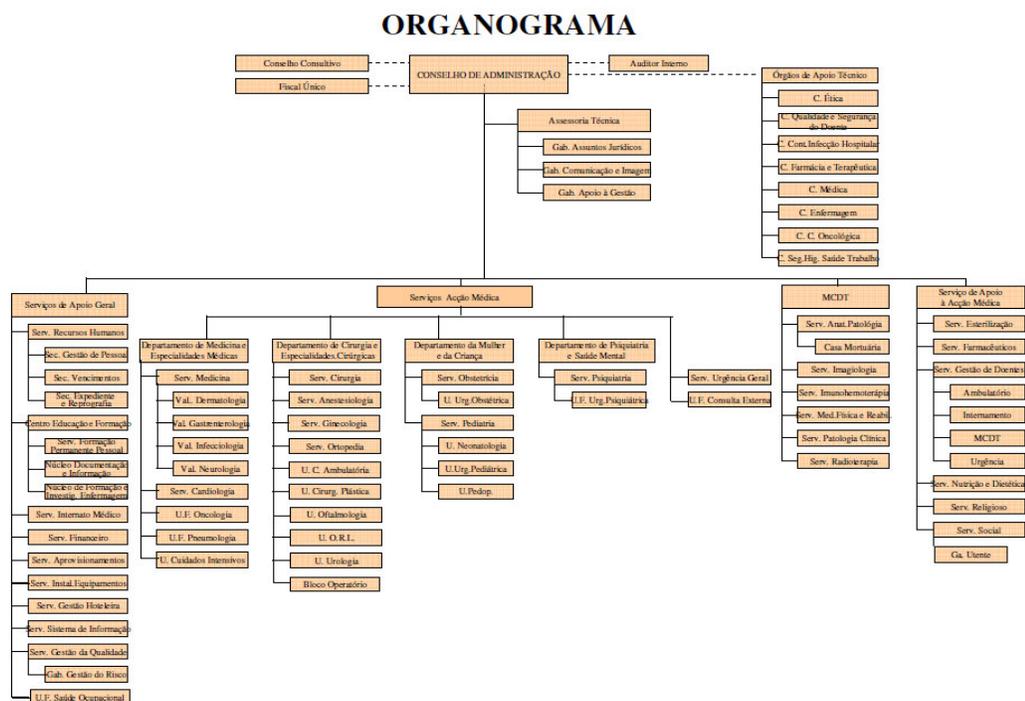
O Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE, é uma pessoa colectiva de direito público de natureza empresarial dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial nos termos do Decreto-Lei n° 558/99 de 1 de Dezembro, constituída de acordo com o Decreto-Lei n° 280/2009, de 6 de Outubro, por fusão do Hospital Nossa Senhora do Rosário, E.P.E. com o Hospital do Montijo, a unidade criada sucede às unidades de saúde que lhe deram origem em todos os direitos e obrigações, independentemente de quaisquer formalidades, com um capital estatutário de 40.930.000,00 €, tem como actividade principal a Prestação de Serviços de Saúde com Internamento. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da actividade exercida no exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2010.

#### 1.2) Legislação

A sociedade rege-se pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, com as especificidades previstas no Decreto-lei n° 233/1005 e nos seus estatutos, bem como nos respectivos regulamentos internos e nas normas em vigor para o Serviço Nacional de Saúde.

Com o número de identificação fiscal n° 509186998, sita na Avenida das Forças Armadas, no Barreiro.

### 1.3) Estrutura Organizacional



23/04/2008

### 1.4) Descrição da Actividade

O Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE, está integrado no Serviço Nacional de Saúde, e tem por objectivo a prestação de cuidados de Saúde á população, designadamente ao beneficiários do Serviço Nacional de Saúde e aos beneficiários dos Subsistemas de saúde, ou de entidades externas que com ele contratualizem a prestação de cuidados de saúde, e a todos os cidadãos em geral.

Tem por objecto desenvolver actividades de investigação, formação e ensino, sendo a sua participação na formação de profissionais de saúde dependente da respectiva capacidade formativa, podendo ser objecto de contratos-programa em que se definam as respectivas formas de financiamento.

Apresenta uma lotação de 398 camas e 19 valências de internamento. A actividade do Centro Hospitalar é exercida em submissão às obrigações inerentes ao serviço Público que presta, incluindo a sujeição a orientações das autoridades nacionais de Saúde relativas à execução da política nacional de saúde.

Assim, os preços praticados pelo hospital são aprovados oficialmente, sendo o volume de produção no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, contratualizado anualmente, através da ACSS.

No entanto, alguns preços praticados são inferiores ao necessário, pelo que é atribuído um subsídio ao hospital, como factor de convergência para minimizar esse efeito.

### 1.7) Recursos Humanos

Durante o ano de 2010, o Hospital manteve ao seu serviço uma média de **1.670** funcionários.

Verifica-se uma diminuição de pessoal vinculado à função pública, por aposentação, transferência, licença sem vencimento, exoneração e requisição.

A 31 de Dezembro de 2010, o numero de pessoal com vinculo á função publica, com contrato administrativo de provimento ou com contrato individual de trabalho, é apresentado no quadro abaixo, distribui-se da seguinte forma:

Categoria Profissional	Quadro	CAP	CIT	Total
C. Administração	6			6
Pessoal Dirigente	2		4	6
Médicos	118	59	71	248
Técnicos Superior de Saúde	8		13	21
Outro Técnico Superior	14		8	22
Enfermeiros	368		191	559
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	97		57	154
Assistente Técnico	125		70	195
Assistente Operacional	267		179	446
Pessoal Informático	2		7	9
Outro Pessoal	3		1	4
<b>TOTAL</b>	<b>1.010</b>	<b>59</b>	<b>601</b>	<b>1.670</b>

Note-se ainda que existem mais 49 colaboradores em regime de prestação de serviços.

## 1.8) Organização Contabilística

### a) *Existência ou não de Manual de Procedimentos*

Existe neste momento um manual de procedimentos elaborado e remetido a esta instituição pela, ACSS, o qual estamos a seguir.

### b) *Descrição da organização do arquivo dos documentos*

A nível dos Serviços financeiros os documentos de despesa – facturas – são arquivadas após conferência e informatização, por data de documento e por ordem alfabética e ainda por meses.

Aquando do pagamento das mesmas estas são anexas ao documento de autorização de pagamento e arquivadas por número sequencial. Note-se que existe uma numeração mensal.

Quanto as facturas emitidas pela instituição – facturação a clientes, estas são arquivadas por entidade.

Aquando do recebimento das mesmas também estas são anexas ao documento de guia de cobrança e arquivadas por ordem numérica sequencial e mensal.

### c) *Existência ou não de Demonstrações financeiras intercalares*

As demonstrações Financeiras intercalares existentes nesta instituição apenas servem para controlo interno.

## 2) Notas ao Balanço e á Demonstração de Resultados

### 2.1) Princípios Contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras atendeu o cumprimento dos princípios contabilísticos geralmente aceites, correspondente ao exercício de 2010, e não foi derogada

qualquer disposição prevista no Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS), criado pela Portaria nº 898/2000, de 28 de Setembro e pelo que está definido no

Plano Oficial de Contabilidade (POC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 410/89, de 20 de Novembro, que afecte a imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da empresa.

## **2.2) Comparabilidade de exercícios**

Não existe comparabilidade de exercício, pelo facto de a entidade ter sido constituída no dia 1 de Novembro de 2009.

## **2.3) Critérios Valorimétricos**

Os critérios Valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados foram os seguintes:

### *a) Imobilizações Incorpóreas*

As imobilizações incorpóreas são contabilizadas pelo seu custo de aquisição, e as amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes, tendo-se aplicado as taxas máximas legalmente em vigor.

### *b) Imobilizações Corpóreas*

As Imobilizações Corpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição, deduzidas das reintegrações acumuladas, e as amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes, tendo-se aplicado as taxas máximas permitidas pelo Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de Janeiro.

*c) Existências*

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado.

*d) Dívidas de terceiros*

As dívidas de terceiros estão valorizadas com base no seu valor de realização esperado, por aplicação do princípio da prudência.

*e) Acréscimo e diferimentos*

O CHBM, EPE regista nesta rubrica as despesas e as receitas, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

*f) Métodos de calculo utilizados*

Amortizações

Os bens do activo corpóreo são amortizados de acordo com as taxas do Decreto Regulamentar 2/90 e Lei 60. Utilizando o método de quotas constantes a partir do 1º dia útil da data da factura, sendo calculadas mensalmente.

As principais taxas de amortização utilizadas são as seguintes:

RUBRICAS	Decreto 2/90	Lei 60 (Computadores)
Edifícios e Outras Construções	5% a 12,5%	
Equipamento Básico	14,28% a 33,33%	
Equipamento Transporte	25%	
Ferramentas e Utensílios	12,5% a 20%	
Equip. Administrativo e Informático	12,5% a 33,33%	33,33%
Taras e Vasilhame	14,28% a 33,33%	
Outro Imobilizado Corpóreo	12,50%	
Despesas de Invest. e Desenvolvimento	33,33%	

### Provisões

Foram constituídas provisões de cobrança duvidosa de acordo com a seguinte forma:

- Saldos em contencioso, provisionados a 100%;
- Dívidas a entidades privadas, cujos saldos estejam em mora há mais de seis meses provisionados 100%;

### Provisões para pensões de reforma

Em 31 de Dezembro de 2010, o CHBM, EPE tinha responsabilidade de pagamento de complementos de aposentação a 225 pessoas, complementos por acidentes de serviço a 2 pessoas e pensões de sobrevivência a 28 pessoas, contudo, dado que não dispõe de informação que permita quantificar as responsabilidades por serviços prestados, não foi constituída qualquer provisão para fazer face a esta situação, reconhecendo-se os custos associados à medida em que ocorram os respectivos pagamentos.

### **2.4) Cotações utilizadas para a conversão em moeda portuguesa**

As contas incluídas no Balanço, originariamente expressas em moeda estrangeira foram ajustadas com o câmbio em vigor à data da sua elaboração.

As contas incluídas na Demonstração de Resultados foram convertidas pelo câmbio à data de realização das respectivas operações. Incluem também os ganhos ou perdas cambiais decorrentes dos ajustamentos referidos no parágrafo anterior.

### **2.5) Impostos sobre o Rendimento**

O CHBM, EPE está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 25% e correspondente derrama à taxa de 10% do imposto.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social).

Deste modo as declarações fiscais referente ao exercício de 2010, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora se considere que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais, não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

Concluindo, não existem situações que afectem de forma significativa os impostos futuros.

## **2.6) Comentário às contas 43.1 “Despesas de instalação” e 43.2 “Despesas de investigação e desenvolvimento”**

As despesas de investigação e de desenvolvimento diz respeito ao projecto de concepção de um sistema de climatização no edifício das consultas externas, serviços de consultadoria e implementação do projecto integrado de logística hospitalar (Kanban Virtual) e cursos de suporte básico de vida.

Despesas de Instalação – Não aplicável.

## **3. - Imobilizado**

O movimento ocorrido nas rubricas do activo imobilizado constante no balanço e respectivas amortizações e ajustamentos foi de acordo com os quadros seguintes:

CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, E.P.E.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nota 10 - Activo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação / ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Exercício Dez 2010	
							Saldo final
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>							
Despesas de instalação							
Despesas de investigação e de desenvolvimento	427.779,94 €						427.779,94 €
Propriedade industrial e outros direitos							
Trespases							
Imobilizações em curso							
Adiantamentos p/ conta Imob. incorpóreas							
	427.779,94 €						427.779,94 €
<b>Imobilizações corpóreas</b>							
Terrenos e rec. naturais	239.544,43 €						239.544,43 €
Edifícios e outras construções	16.942.747,32 €		1.419.620,10 €		1.548,80 €		18.360.818,62 €
Equipamento básico	20.422.733,78 €		3.450.080,21 €		492.682,39 €		23.380.131,60 €
Equipamento de transporte	320.221,36 €						320.221,36 €
Ferramentas e utensílios	47.729,30 €		6.582,50 €		120,64 €		54.191,16 €
Equipamento administrativo	5.285.588,88 €		744.745,65 €		29.235,34 €		6.001.099,19 €
Taras e vasilhame	11.759,94 €				296,34 €		11.463,60 €
Outras imobilizações corpóreas	3.709,23 €				750,00 €		2.959,23 €
Imobilizações em curso	25.790,61 €		449.325,60 €				475.116,21 €
Adiantamentos p/ conta Imob. corpóreas							
	43.299.824,85 €		6.070.354,06 €		524.633,51 €		48.845.540,40 €
<b>Investimentos financeiros</b>							
Partes de capitalEmpresas do grupo							
Empréstimos de financiamentoEmpresas do grupo							
Partes de capitalEmpresas associadas							
Empréstimos de financiamentoEmpresas associadas							
Títulos e outras aplicações financeiras							
Outros empréstimos concedidos							
Imobilizações em curso							
Adiantamento por conta de inv. financeiros							

Administração/gerência:

Dez 2010

Técnico de Contas N°29806:

  
Isabel Pinto Monteiro  
do Conselho de Administração

  
FERNANDO GALVÃO  
Director dos Serviços Financeiros

CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, E.P.E.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nota 10 - Amortizações e Ajustamentos

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Anulação/reversão	Exercício Dez 2010	
					Saldo final
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>					
Despesas de instalação					
Despesas de investigação e de desenvolvimento	354.513,72 €	63.739,30 €			418.253,02 €
Propriedade industrial e outros direitos					
Trespases					
	354.513,72 €	63.739,30 €			418.253,02 €
<b>Imobilizações corpóreas</b>					
Terrenos e rec. naturais					
Edifícios e outras construções	6.089.984,22 €	881.853,74 €	660,81 €		6.971.177,15 €
Equipamento básico	14.198.984,03 €	2.083.249,76 €	409.363,32 €		15.872.870,47 €
Equipamento de transporte	241.449,92 €	22.370,72 €			263.820,64 €
Ferramentas e utensílios	31.479,74 €	4.876,53 €	120,64 €		36.235,63 €
Equipamento administrativo	4.195.076,30 €	610.573,53 €	28.267,60 €		4.777.382,23 €
Taras e vasilhame	7.719,01 €	1.319,08 €	211,64 €		8.826,45 €
Outras imobilizações corpóreas	1.629,80 €	446,15 €	446,19 €		1.629,76 €
	24.766.323,02 €	3.604.689,51 €	439.070,20 €		27.931.942,33 €
<b>Investimentos financeiros</b>					
Títulos e outras aplicações financeiras					
Outros empréstimos concedidos					

Administração/gerência:

Dez 2010

Técnico de Contas N°29806:

  
Isabel Pinto Monteiro  
do Conselho de Administração

  
FERNANDO GALVÃO  
Director dos Serviços Financeiros

**2.7) Custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.**

Não existe custos constantes nas demonstrações financeiras respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações.

**2.8) Diplomas legais, nos termos dos quais se baseou e reavaliação dos bens do imobilizado.**

Não foram realizadas no exercício reavaliações do imobilizado.

**2.9) Discriminação das reavaliações, conforme mapa anexo:**

CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, E.P.E.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nota 13 - Discriminação de reavaliações

Rubricas	Exercício Dez 2010		
	Custos históricos (a)	Reavaliações (a)(b)	Valores contabilísticos reavaliados (a)
Imobilizações corpóreas			
Terrenos e rec. naturais			
Edifícios e outras construções			
Equipamento básico			
Equipamento de transporte			
Ferramentas e utensílios			
Equipamento administrativo			
Taras e vasilhame			
Outras imobilizações corpóreas			
Investimentos financeiros			
Investimentos em imóveis			

a) líquidos de amortizações

b) englobam as sucessivas reavaliações

**2.10) Em relação às imobilizações corpóreas e em curso:**

- a) Não existem imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público, não existe imobilizações implantadas em propriedade alheia e não existem imobilizações reversíveis.
- b) Não existem custos financeiro capitalizados, referente ao exercício e acumulado.

**2.11) Indicação de bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos.**

Não existem bens em regime de locação financeira.

**2.12) Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com a indicação das razões dessa impossibilidade.**

Não aplicável.

**2.13) Identificação dos bens de domínio publico que não são objecto de amortização e indicação das respectivas razões.**

Não Aplicável

**2.14) Designação e sede das entidades participadas, com a indicação de parcela detida, bem como os capitais próprios ou equivalentes e do resultado do ultimo exercício em cada uma das entidades, com menção desse exercício.**

Não existem entidades participadas.

**2.15) Relativamente aos elementos incluídos nas contas “Títulos Negociáveis” e “Outras Aplicações de Tesouraria”, indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.**

Não aplicável.

**2.16) Discriminação da conta “Outras aplicações financeiras”, com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.**

Não aplicável.

**2.17) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com critérios Valorimétricos adoptados, e as quantias correspondentes aos respectivos preços de mercado.**

Não existem diferenças materialmente relevantes entre os custos apurados segundo os critérios adoptados pela empresa e os correspondentes valores de mercado, dos activos circulantes constantes no balanço.

**2.18) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificam a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.**

Não aplicável.

**2.19) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.**

Não foram constituídas nem reforçadas provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante.

**2.20) Valor global das existências que se encontram fora da instituição.**

Não existem existências fora da instituição.

**2.21) Valor das dividas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dividas de terceiros constantes no balanço.**

Encontram-se incluídas no balanço dividas de cobrança duvidosa no valor de 325.243,62 euros, relativas a clientes. Para todas estas dividas estão constituídas Provisões para Cobrança Duvidosa.

**2.22) Valor global das dividas activas e passivas respeitantes ao pessoal da instituição.**

Em 31 de Dezembro de 2010, o CHBM, EPE não tinha em contas activas referente ao pessoal da instituição.

**2.23) Quantidade e valor nominal de obrigações convertíveis, de títulos de participação e de outros títulos ou direitos similares. Emitidos pela entidade com a indicação dos direitos que conferem.**

Não aplicável.

**2.24) Discriminação das dividas incluídas na conta “Estado e outros entes públicos” em situação de mora.**

Não existem dividas ao Estado em situação de mora.

**2.25) Valor das dividas de terceiros a mais de cinco anos, repartidas pelas respectivas rubricas de balanço.**

Não existem dividas a terceiros a mais de cinco anos.

**2.26) Valor das dividas a terceiros cobertas por garantias reais prestadas pela entidade com a indicação da natureza e da forma destas, bem como a sua repartição pelas rubricas do balanço.**

Não existem dividas a terceiros cobertas por garantias reais prestadas pela entidade.

**2.27) Descrição das responsabilidades da entidade por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a natureza destas e mencionando expressamente as garantias reais, bem como os avales prestados.**

Não existem responsabilidades da entidade por garantias prestadas.

**2.28) Indicação da diferença, quando levada a activo, entre as importâncias das dividas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.**

Não aplicável.

**2.29) Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:**

CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, E. P. E.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nota 21 - Ajustamentos

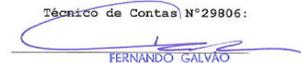
Contas	Saldo inicial	Reforço	Exercício		Saldo final
			Reversão	Dez 2010	
<b>Existências</b>					
Mat. primas, subsd. e de cons.					
Produtos e trabalhos em curso					
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos					
Prod. acabados e intermédios					
Mercadorias					
<b>Dividas de terceiros</b>					
Clientes, e/c.					
Clientes - Títulos a receber					
Clientes de cobrança duvidosa	319.871,06 €		(5.372,56)€		325.243,62 €
Empresas do grupo					
Empresas do grupo					
Outros accionistas (sócios)					
Estado e Outros entes públicos					
Outros devedores					
Subscritores de capital					
	319.871,06 €		(5.372,56)€		325.243,62 €
<b>Títulos Negociáveis</b>					
Ações empresas do grupo					
Obrigações e títulos de participação em empresas do grupo					
Ações em empresas associadas					
Obrigações e títulos de participação em empresas associadas					
Outros títulos negociáveis					
Outras aplicações de tesouraria					

Administração/gerência:

Dez 2010

Técnico de Contas N°29806:

  
Eng. Izabel Pinto Monteiro  
residente do Conselho de Administração

  
FERNANDO GALVÃO  
Director dos Serviços Financeiros

**2.30) Demonstração do custo com mercadorias vendidas e das matérias consumidas, de acordo com o mapa seguinte:**

Nota 41 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Movimentos	Mercadorias	Exercício Dez 2010	
		Mat.-primas subsidiárias e de consumo	Total
1. Existências iniciais		1.935.245,34 €	1.935.245,34 €
2. Compras		21.298.970,10 €	21.298.970,10 €
3. Regularização de existências			
4. Existências finais		2.497.677,00 €	2.497.677,00 €
5. C.M.V.M.C. (1+2+3-4)		20.736.538,44 €	20.736.538,44 €

**2.31) Repartição** do valor líquido das vendas e das prestações de serviços, apurado nas contas 71 “Vendas e Prestações de Serviços”, por actividade e por mercado (interno e externo) na medida em que tais actividades sejam consideravelmente diferentes.

Valor das vendas e prestações de serviços:

Rubrica	Mercado Interno	Mercado externos
Venda de Mercadorias	0,00 €	0,00 €
Prestação de Serviços	69.837.825,36 €	0,00 €

**2.32) Desdobramento das conta 75 “Trabalhos para a própria entidade”, por rubrica da conta de imobilizado.**

Não aplicável.

**2.33) Demonstração de resultados financeiros, como segue:**

CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, E.P.E.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nota 45 - Demonstração de resultados financeiros

Custos e perdas	Exercício		Proveitos e ganhos	Exercício	
	Dez 2010	Dez 2009		Dez 2010	Dez 2009
68.1 Juros suportados	270.751,62 €	138.266,92 €	78.1 Juros obtidos	20.753,87 €	647,91 €
68.2 Perdas em empresas do grupo e associadas			78.2 Ganhos em empresas do grupo e associadas		
68.3 Amortizações de investimentos em imóveis			78.3 Rendimentos de imóveis		
68.4 Ajustamentos de aplicações financeiras			78.4 Rendimentos de participações de capital		
68.5 Difer. câmbio desfavoráveis			78.5 Diferenças de câmbios favoráveis		
68.6 Desc. de p. pag. concedidos			78.6 Descontos de pronto pagamento obtidos	75.620,19 €	4.001,07 €
68.7 Perdas na alienação de aplic. de tesouraria	3.710,57 €	765,72 €	78.7 Ganhos na alienação de aplic. tesouraria		
68.8 Outros custos e perdas financ.	(177.999,48)€	(134.277,34)€	78.8 Reversões e outros proveitos e ganhos financeiros	88,65 €	106,32 €
<b>Resultados financeiros</b>	<b>96.462,71 €</b>	<b>4.755,30 €</b>		<b>96.462,71 €</b>	<b>4.755,30 €</b>

Página 1

Administração/gerência:

Dez 2010

Técnico de Contas Nº 29806:

Eng.ª Izabel Pinto Monteiro

FERNANDO GALVÃO  
Diretor dos Serviços Financeiros

**2.34) Demonstração dos resultados extraordinários, como segue:**

CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, E.P.E.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nota 46 - Demonstração de resultados extraordinários

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	Dez 2010	Dez 2009		Dez 2010	Dez 2009
69.1 Donativos		614,41 €	79.1 Restituição de impostos		
69.2 Dívidas incobráveis		9.660,42 €	79.2 Recuperação de dívidas		
69.3 Perdas em existências	79.068,39 €		79.3 Ganhos em existências	593.187,28 €	268.421,80 €
69.4 Perdas em imobilizações	85.424,31 €		79.4 Ganhos em imobilizações	1.410,00 €	
69.5 Multas e penalidades	862,48 €	100,00 €	79.5 Benefícios de penalidades contratuais	17.595,31 €	65.060,23 €
69.6 Aumentos de amortizações			79.6 Reduções de provisões		
69.7 Correções relat. a exerc. Anterior	237.408,58 €		79.7 Correções relativas a exerc. Anteriores		
69.8 Outros custos e perdas extra.	193.427,13 €	72.803,56 €	79.8 Out. proveitos e ganhos extra.	540.651,82 €	254.968,45 €
<b>Resultados extraordinários</b>	<b>556.653,52 €</b>	<b>505.272,09 €</b>		<b>1.152.844,41 €</b>	<b>588.450,48 €</b>
	<b>1.152.844,41 €</b>	<b>588.450,48 €</b>			

Página 1

Administração/gerência:

Dez 2010

Técnico de Contas Nº 29806:

Eng.ª Izabel Pinto Monteiro  
Presidente do Conselho de Administração

FERNANDO GALVÃO  
Diretor dos Serviços Financeiros

O TÉCNICO DE CONTAS



Fernando Joaquim Galvão, Dr.

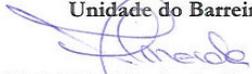
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO



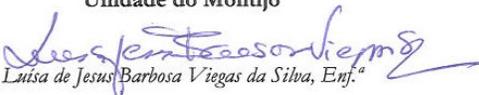
Izabel Maria Pinto Monteiro, Eng.<sup>a</sup>

A ENFERMEIRA DIRECTORA  
Unidade do Barreiro



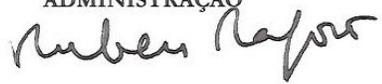
Maria Helena Ferreira de Almeida, Enf.<sup>a</sup>

A ENFERMEIRA DIRECTORA  
Unidade do Montijo



Luísa de Jesus Barbosa Viegas da Silva, Enf.<sup>a</sup>

O VOGAL DO CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO



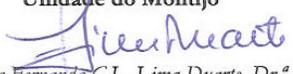
Ruben José de Almeida Martins Raposo, Dr.

A DIRECTORA CLÍNICA  
Unidade do Barreiro



Ana Maria Pótier Ferreira Abel, Dr.<sup>a</sup>

A DIRECTORA CLÍNICA  
Unidade do Montijo



Maria Fernanda C.L. Lima Duarte, Dr.<sup>a</sup>

## 10 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



Azevedo Rodrigues Sociedade de Revisores  
Batalha e Costa Oficiais de Contas



### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

#### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da empresa **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de balanço de € 116.242.545,37 (cento e dezasseis milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e quarenta e cinco euros e trinta e sete cêntimos) e um total de capital próprio de € 19.627.304,24 (dezanove milhões, seiscentos e vinte e sete mil, trezentos e quatro euros e vinte e quatro cêntimos), incluindo um resultado líquido negativo de € 20.493.103,63 (vinte milhões, quatrocentos e noventa e três mil, cento e três euros e sessenta e três cêntimos)), e a Demonstração dos Resultados por Naturezas e Funções e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

#### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e os resultados das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### ÂMBITO

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos nºs 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

O.R.O.C. Inscrição nº 115 • Registada na C.M.V.M. nº 8936 • nipc 503188220

Sede:  
Campo Grande, 360 - lote 3C - Piso 0  
Escritórios B e C / 1700 - 097 Lisboa  
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:  
Av. do Vidreiro, 174 - 1º frente  
2430-202 Marinha Grande  
Tel. 244 560 203 Fax. 244 568 070





Azevedo Rodrigues Sociedade de Revisores  
Batalha e Costa Órficiais de Contas



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### RESERVA

7. Não foram efectuadas quaisquer provisões sobre as responsabilidades futuras que a entidade terá de suportar no que respeita às pensões de reforma dos seus funcionários públicos, nem se detectou qualquer estudo actuarial no sentido de as quantificar. O montante da contribuição da entidade para o exercício de 2010 representou cerca de 1.270 mil euros.
8. Não foram constituídas provisões para fazer face a riscos e encargos com processos judiciais em curso relacionados com os processos nº 724/05.6TABRR e nº937/08.9BEALM que poderão ascender ao valor global de € 575.000,00;

#### OPINIÃO

9. Em nossa opinião e excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº 7 acima e aos efeitos da situação descrita no parágrafo nº 8, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição

D.R.O.C. Inscrição nº 115 • Registada na C.M.V.M. nº 0936 • nipc: 503160220

Sede:  
Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0  
Escritórios B e C / 1700 - 097 Lisboa  
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:  
Av. do Vidreiro, 174 - 1ª frente  
2430-202 Marinha Grande  
Tel. 244 580 203 Fax. 244 588 070





Azevedo Rodrigues Sociedade de Revisores  
Batalha e Costa Oficiais de Contas

financeira da **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.**, em 31 de Dezembro de 2010, os resultados das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### ÊNFASE

**10.** Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:

**10.1.** Aquando da criação do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. (CHBM) não se atendeu totalmente à estrutura financeira deficitária. Com efeito, apesar do aumento de capital no montante de € 3.000.000,00 no presente período económico, este não é suficiente para cobrir os fundos próprios do CHBM, que já se revelam negativos no montante de € 19.627.304,24.

**10.2.** Embora não previsto no Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de Dezembro não foram integradas no Capital Social as reservas decorrentes da avaliação dos activos imobilizados, tal como previsto no anterior regime preconizado pelo Decreto-Lei nº 299/2002 de 11 de Dezembro.

### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

**11.** É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de Abril de 2011

**ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA E COSTA**

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas*

*Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115*

*Registada na C.M.V.M. sob o número 8936*



representada pelo sócio

*José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues*

*ROC nº 681*

O.R.O.C. Inscrição nº 115 • Registada na C.M.V.M. nº 8936 • nipc 503188220

Sede:  
Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0  
Escritórios B e C / 1700 - 097 Lisboa  
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:  
Av. do Vidreiro, 174 - 1ª frente  
2430-202 Marinha Grande  
Tel. 244 560 203 Fax. 244 568 070



## 11 – RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



Azevedo Rodrigues Sociedade de Revisores  
Batalha e Costa Oficiais de Contas

### RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

#### Exmos. Accionista

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhamos, durante o ano de 2010, a actividade da empresa **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.** examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas e Funções e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, os seus Anexos e o Relatório de Gestão, a análise económico-financeira, lidas em conjunto com a certificação legal de contas, com a qual se concorda, reflectem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os princípios contabilísticos e os critérios valorimétricos adoptados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer que:

- 1 - Sejam aprovados o Relatório de Gestão, bem como o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas e Funções e a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, os quais exprimem a real situação financeira e patrimonial da Empresa no termo do exercício de 2010.
- 2 - Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Administração.

Lisboa, 15 de Abril de 2011,

#### O FISCAL ÚNICO

**ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA E COSTA**  
*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas*

*Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115  
Registada na C.M.V.M. sob o número 8936*

  
representada pelo sócio  
*José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues*  
ROC nº 681

O.R.O.C. Inscrição nº 115 • Registada na C.M.U.M. nº 8936 • n.ºpc 503188220

Sede:  
Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0  
Escritórios B e C / 1700 - 097 Lisboa  
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:  
Av. do Vidreiro, 174 - 1ª frente  
2430-202 Marinha Grande  
Tel. 244 560 203 Fax. 244 568 070



## 12 – RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS



Azevedo Rodrigues Sociedade de Revisores  
Batalha e Costa Oficiais de Contas

### RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

1. Em cumprimento das disposições legais aplicáveis e no exercício do mandato que nos conferiram, cumpre-nos submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas, sobre os documentos de prestação de contas apresentados pela Administração do "Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.", relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, incluindo o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações de Resultados e Anexos respectivos, bem como a Demonstração dos Fluxos de Caixa.
2. Tivemos oportunidade de realizar reuniões com a Administração, tendo assim oportunidade de acompanhar a actividade e a gestão do exercício.
3. Ao longo do exercício, procedemos às verificações e apreciações que julgámos oportunas e adequadas, tendo sempre obtido todos os esclarecimentos solicitados.
4. O Relatório de Gestão, elaborado pela Administração, refere-se à situação do hospital E.P.E., alude aos factos que a Administração considera ocorridos como mais relevantes no exercício e aponta a perspectiva futura do hospital.
5. Enquanto Revisor Oficial de Contas examinámos o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa e seus Anexos, tendo elaborado o relatório anual de fiscalização e emitido a Certificação Legal das Contas.
6. Face ao exposto, somos de parecer:
  - a) Que devem ser aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa e seus Anexos, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010;
  - b) Que deve ser aprovada a Aplicação de Resultados, apresentada pela Administração.

Lisboa, 15 de Abril de 2010

**ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA E COSTA**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115  
Registada na C.M.V.M. sob o número 8936



representada pelo sócio  
José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues  
ROC nº 681

O.R.O.C. Inscrição nº 115 • Registada na C.M.V.M. nº 8936 • nipc 503188220

Sede:  
Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0  
Escritórios B e C / 1700 - 097 Lisboa  
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:  
Av. do Vidreiro, 174 - 1ª frente  
2430-202 Marinha Grande  
Tel. 244 580 203 Fax. 244 568 070

